



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

SERVIÇO SOCIAL

**CUIDADO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E POLÍTICA NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL: OLHARES A PARTIR DO CAPITALISMO DEPENDENTE
BRASILEIRO**

ANA RAQUEL DE OLIVEIRA ALVES

Foz do Iguaçu

2022



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

SERVIÇO SOCIAL

**CUIDADO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E POLÍTICA NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL: OLHARES A PARTIR DO CAPITALISMO DEPENDENTE
BRASILEIRO**

ANA RAQUEL DE OLIVEIRA ALVES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Política e Sociedade da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dra. Cristiane Sander

Foz do Iguaçu
2022

ANA RAQUEL DE OLIVEIRA ALVES

**CUIDADO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E POLÍTICA NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL: OLHARES A PARTIR DO CAPITALISMO DEPENDENTE
BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Política e Sociedade da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Sander

UNILA

Profa. Dra. Claudiana Tavares da Silva Sgorlon

UNILA

Profa. Dra. Roberta Sperandio Traspadini

UNILA

Foz do Iguaçu, 12 de dezembro de 2022.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Ana Raquel de Oliveira Alves

Curso: Serviço Social

	Tipo de Documento
<input checked="" type="checkbox"/> graduação	<input type="checkbox"/> artigo
<input type="checkbox"/> especialização	<input checked="" type="checkbox"/> trabalho de conclusão de curso
<input type="checkbox"/> mestrado	<input checked="" type="checkbox"/> monografia
<input type="checkbox"/> doutorado	<input type="checkbox"/> dissertação
	<input type="checkbox"/> tese
	<input type="checkbox"/> CD/DVD – obras audiovisuais
	<input type="checkbox"/> _____

Título do trabalho acadêmico: CUIDADO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: OLHARES A PARTIR DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO

Nome do orientador(a): Cristiane Sander

Data da Defesa: 12/12/2022

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons* **Licença 3.0 Unported**.

Foz do Iguaçu, 12 de Dezembro de 2022.

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho à minha mãe, Sueli de Fátima, e à minha avó, Ana Raquel, mulheres que encontrei e reencontrei ao longo desta escrita.

AGRADECIMENTOS

*Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me dio el corazón que agita su marco
Cuando miro el fruto del cerebro humano
Cuando miro el bueno tan lejos del malo
Cuando miro el fondo de tus ojos claros*

*Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me ha dado la risa y me ha dado el llanto
Así yo distingo dicha de quebranto
Los dos materiales que forman mi canto
Y el canto de ustedes que es el mismo canto
Y el canto de todos que es mi propio canto*

Mercedes Sosa - Gracias a la Vida

Sou infinitamente grata à vida por todas as trocas com pessoas incríveis e experiências que me trouxeram até o momento de conclusão desta graduação. As boas, as ruins, as comuns e as extraordinárias, todas, me fizeram a pessoa que sou hoje, com o olhar que tenho hoje, com as opiniões que tenho hoje e com as infinitas possibilidades de amadurecimento pessoal e profissional que ainda estou por viver. Sou grata à vida por me dar possibilidades que me fizeram entender que sou um ser inacabado, em constante transformação e movimento e, sobretudo, jamais sozinha.

Sou grata à minha mãe e ao meu pai, Sueli e Luiz, pelo carinho, pelo amor, pelo respeito, pelo apoio, pelo cuidado, dedicação e incentivo que nutrem por mim desde sempre. Agradeço por saber que oram por mim, por nós. Não seria a mulher que sou hoje sem vocês e cada abraço, cada palavra me munem de forças para continuar trilhando meus caminhos.

Sou grata à minha irmã Vanessa e ao meu irmão Rodrigo pelas vivências compartilhadas ao longo do tempo e por terem me dado meus grandes amores da vida que são minhas sobrinhas e meus sobrinhos Thauany, Luca, Alice e Daniel, extensões de mim e remédios para qualquer problema.

Agradeço a toda minha família por estarem sempre ao meu lado, torcendo por mim e me dando suporte. A minha avó, a Ana Raquel original, agradeço pelo amor e por sempre fazer o possível para que as pessoas estejam próximas, celebrando o viver.

Sou grata pelas amizades que cultivei ao longo do caminho e que atravessaram o tempo e a distância, especialmente Ricardo, José Olivir, Marina e Amanda. Sou grata pelas amizades cultivadas na fronteira, Maria de Lourdes, Karoline, Ingrid, Vic, Maria Eduarda, Thamara, Daiane, Stella, Andreza e Camila. Cada uma e cada um de vocês teve e tem um papel excepcional em minha vida e sortuda pela amizade de vocês sequer começa a descrever meus sentimentos. Obrigada por estarem ao meu lado em momentos bons e ruins, pelas memórias cultivadas, pelas risadas e lágrimas, pela companhia em momentos nos quais tudo parecia pesado e nos momentos de suspiro.

Sou grata por ter tido experiências riquíssimas enquanto estudante desta instituição na pesquisa e na extensão, principalmente devido ao grupo de estudos Saberes em Movimento e a todas(os) as(os) integrantes que por ele passaram, que me fortaleceram enquanto ser humano curioso e em busca de melhorar a mim mesma e a realidade ao meu redor.

Agradeço à professora Roberta Traspadini por compor minha banca de TCC e por fazer parte do meu processo formativo na UNILA desde o primeiro dia que pisei nessa instituição. Agradeço pelo amor, pelos conhecimentos compartilhados, pela participação na vida uma da outra, pelas trocas de saberes e por me proporcionar momentos únicos ao longo da graduação, da sala de aula aos assentamentos/acampamentos do MST da região. Agradeço conjuntamente à professora Cecília Angileli e seu papel fundamental no que diz respeito a pensar, conhecer e agir no território no qual estamos, em especial nas extensões realizadas nas ocupações Bubas e Monsenhor Guilherme.

Sou grata pelas minhas experiências de estágio, pois me deram a oportunidade de conhecer a prática profissional na ponta e fincar meus pés definitivamente nesse curso e no projeto ético-político profissional do Serviço Social. As experiências vividas na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu (PEF I) e no CREAS II PSC/LA, embora extremamente diferentes, fortaleceram em mim o desejo já existente de uma sociedade livre, justa e igualitária. Agradeço a todas as assistentes sociais desses espaços por terem me dado diversos elementos para ousar pensar e ousar atuar profissionalmente para uma nova forma de sociedade. Agradeço a Juliane Bahnert, que me supervisionou ao longo do estágio obrigatório e não-obrigatório no CREAS II, pela confiança, pelo companheirismo, pelas trocas sobre as alegrias e frustrações da profissão.

Sou grata às professoras e professores que passaram pelo curso de Serviço Social da UNILA e que, dentre as inúmeras dificuldades enfrentadas na universidade, continuamente dedicaram-se a garantir uma formação de qualidade para nós estudantes. Agradeço

especialmente à professora Édina Vergara pelas sementes plantadas enquanto lecionava para nós e pelas muitas conversas, as quais carregarei comigo sempre, que foram essenciais para mim em momentos difíceis.

Agradeço também à professora Claudiana Tavares por prontamente aceitar o convite para compor minha banca de TCC, e afirmo, apesar do pouco tempo que a conheço, que foi certamente um bom sopro de novos ares e um presente ao final da graduação.

Faltam palavras para agradecer à professora Cristiane Sander, que realizou minha supervisão acadêmica de estágio e orientou esse TCC, por todas as conversas, risadas e puxões de orelha. Por me ouvir (e haja ouvidos!) e por sempre saber o que dizer. Por acreditar em nosso potencial, pelos incentivos e pelo respeito. Sou grata pelo ensinar e aprender conjuntos. Agradeço seu profissionalismo, seu bom humor, sua leveza, sua dedicação, disposição e afeto. O carinho que carrego por você é gigante.

Sou grata pela oportunidade e direito de estudar em uma Universidade pública, gratuita e de qualidade, com um caráter único que me possibilitou conhecer pessoas de todos os *rincones* da América Latina. Sou grata ao ex-presidente, presidente eleito e futuro presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela criação desta Universidade e torço para que esse projeto continue se fortalecendo qualitativamente com um viés integrador socialmente direcionado, crítico, ampliando as visões de mundo de cada pessoa que por aqui passa.

*Me llaman la malquerida
Mujer que llegó del campo
Que guarda bajo su vientre
La semilla de la vida
Me llaman la malquerida
Mujer, hija de la tierra
La que por tantos caminos
Derramando va su llanto*

*Ay, qué dolor
Qué dolor que le da
En el alma
Ay, qué dolor
Porque no la miran?*

*Me llaman la malquerida
Algunos me han maltratado
Otros sin mirar mis ojos
Mis palabras silenciaron
Me cortaron con cuchillos
Violaron mi pecho hambriento
Cuando lo que más quería
Era un abrazo a fuego lento*

*Quiero que te detengas junto a mí
Mira mis ojos un momento
Quiero que te detengas junto a mí
Siente mi voz, abre tu cielo
Abre tu cielo*

*Me llaman la malquerida
Con una tela sagrada
Mataron mis pensamientos
Mutilando así mis sueños
Cuando era muy pequeñita
Corrí con los pies desnudos
Pero al decirme feíta
Oscurecieron mis sonrisas*

*Quiero que te detengas junto a mí
Mira mis ojos un momento
Quiero que te detengas junto a mí
Siente mi voz
Abre tu cielo
Abre tu cielo*

La Malquerida - Natalia Lafoucarde

ALVES, Ana Raquel de Oliveira. **CUIDADO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: OLHARES A PARTIR DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO**. 74p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo conhecer e expor discussões relacionadas à divisão sexual do trabalho e ao cuidado, na perspectiva do capitalismo dependente, e suas reverberações na Política Nacional de Assistência Social do Brasil (PNAS/2004). Como objetivos específicos: Discutir a centralidade do patriarcado e divisão sexual do trabalho como peças para manutenção do modo de produção capitalista; Contextualizar a Política Nacional de Assistência Social/2004 no cenário do capitalismo dependente; Refletir sobre o eixo da matricialidade sociofamiliar na PNAS/2004; Identificar as discussões sobre a categoria cuidado no âmbito da reprodução das relações sociais; Compreender como a categoria cuidado se relaciona com a PNAS/2004. Para isso, foi realizada pesquisa bibliográfica a partir de trabalhos que abordam o patriarcado como parte intrínseca do funcionamento da sociedade capitalista, a divisão sexual do trabalho que é consequência da fusão entre o sistema patriarcal e o modo de produção capitalista, relacionando estas questões à realidade brasileira de economia dependente. Refletimos sobre as particularidades das políticas de assistência social no Brasil, principalmente no período neodesenvolvimentista dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), no qual a PNAS/2004 foi aprovada e ocorreu a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como modelo de gestão descentralizado e participativo que organiza os serviços da PNAS/2004. Realizamos, a seguir, reflexões sobre o eixo de matricialidade sociofamiliar como forma de responsabilização das famílias pela proteção social, principalmente às mulheres, já que elas são consideradas, no âmbito do patriarcado, naturalmente aptas ao trabalho doméstico e dos cuidados. Discutimos, então, o cuidado sob a perspectiva de que é uma necessidade ontológica dos sujeitos e também demarcada socialmente, mas no capitalismo são demandas que não recebem atenção suficiente do Estado, ficando sob responsabilidades de cuidadoras no ambiente doméstico, que têm seus trabalhos invisibilizados devido à divisão sexual do trabalho que deriva da junção entre patriarcado e capitalismo. Apontamos, ao final, algumas relações entre cuidados e a PNAS/2004, a partir da compreensão do cuidado como direito social.

Palavras-chave: Cuidado, Divisão sexual do trabalho, Família, Política Nacional de Assistência Social, Teoria Marxista da Dependência.

ALVES, Ana Raquel de Oliveira. **CUIDADO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: OLHARES A PARTIR DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO**. 74p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

RESUMEN

Este Trabajo de Conclusión de Curso tiene como objetivo conocer y exponer las discusiones relacionadas a la división sexual del trabajo y del cuidado, desde la perspectiva del capitalismo dependiente, y sus reverberaciones en la Política Nacional de Asistencia Social de Brasil (PNAS/2004). Como objetivos específicos: Discutir la centralidad del patriarcado y la división sexual del trabajo como partes para mantener el modo de producción capitalista; contextualizar la Política Nacional de Asistencia Social/2004 en el contexto del capitalismo dependiente; Reflexionar sobre el eje de matricialidad sociofamiliar en la PNAS/2004; Identificar discusiones sobre la categoría cuidado en el ámbito de la reproducción de las relaciones sociales; Comprender cómo la categoría cuidado se relaciona con la PNAS/2004. Para esto, fue realizada una investigación bibliográfica a partir de trabajos que abordan al patriarcado como parte intrínseca del funcionamiento de la sociedad capitalista, a la división sexual del trabajo como consecuencia de la fusión entre el sistema patriarcal y el modo de producción capitalista, relacionando estas cuestiones a la realidad brasileña de economía dependiente. Reflexionamos sobre las particularidades de las políticas de asistencia social en Brasil, principalmente en el periodo neodesarrollista de los gobiernos del Partido de los Trabajadores (PT), en el cual la PNAS/2004 fue aprobada y se dio la implementación del Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como modelo de gestión descentralizado y participativo que organiza los servicios de la PNAS/2004. A seguir, realizamos reflexiones sobre el eje de la matricialidad sociofamiliar como forma de responsabilización a las familias por la protección social, principalmente a las mujeres, ya que ellas son consideradas, en el ámbito del patriarcado, como naturalmente aptas para el trabajo doméstico y las tareas de cuidado. Así, discutimos el cuidado desde la perspectiva de que es una necesidad ontológica de los sujetos y también demarcada socialmente, sin embargo, en el capitalismo son demandas que no reciben atención suficiente del Estado, quedando como responsabilidades de cuidadoras en el ambiente doméstico, los cuales tienen su trabajo invisibilizado debido a la unión entre patriarcado y capitalismo. Finalmente, apuntamos algunas relaciones entre cuidados y la PNAS/2004, a partir de la comprensión del cuidado como derecho social.

Palabras llave: Cuidado, División sexual del Trabajo, Familia, Política Nacional de Asistencia Social, Teoría Marxista de la Dependencia.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

BPC– Benefício de Prestação Continuada
CF – Constituição Federal
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS - Centro de Referência em Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social
FHC – Fernando Henrique Cardoso
LGBTQIAP+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexo, Agênero, Pansexual+
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NOB – Norma Operacional Básica
PBSM – Programa Brasil sem Miséria
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PAEFI – Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF– Proteção e Atendimento a Família e Indivíduos
PBF - Programa Bolsa Família
PEF I – Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu I
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PL – Partido Liberal
PSDB – Partido Social-Democracia Brasileira
PSL – Partido Social Liberal
PT - Partido dos Trabalhadores
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS – Sistema único de Assistência Social
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
TMD – Teoria Marxista da Dependência
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. PATRIARCADO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	20
2.1 O PATRIARCADO COMO PONTO DE PARTIDA PARA AS ANÁLISES FEMINISTAS DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E DA FAMÍLIA SOB O CAPITALISMO.....	20
2.2 TRABALHO COMO CATEGORIA PARA COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS CAPITALISTAS.....	25
2.3 A CENTRALIDADE DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO BRASIL.....	28
3. POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE: APONTAMENTOS E CONSIDERAÇÕES.....	32
3.1 O OLHAR SOBRE A POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO.....	32
3.2 CONFORMAÇÃO HISTÓRICA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CAPITALISMO DE PAÍSES CENTRAIS.....	33
3.3 POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO PERIFÉRICO BRASILEIRO.....	36
3.3.1 Assistência Social no Brasil: breve histórico e o marco da Constituição Federal de 1988.....	40
3.3.2 Política Nacional de Assistência Social no Brasil a partir de 2004.....	43
4. CUIDADO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E FAMÍLIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	50
4.1 A FAMÍLIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: O EIXO DE MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR.....	50
4.2 APONTAMENTOS SOBRE O CUIDADO NO CAPITALISMO.....	55
4.3 CUIDADO NA PNAS/2004: A RESPONSABILIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS E DAS MULHERES NA POLÍTICA SOCIAL.....	59
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64

6. REFERÊNCIAS.....69

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho é fruto de muitas experiências de vida. A discussão sobre as relações sociais de sexo estão presentes em meu caminho desde antes de ingressar na graduação em Serviço Social e a primeira leitura que realizei quando optei por esse curso foi o livro da grande Mirla Cisne, “Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social” (2012). Antes disso, minha aproximação ao marxismo foi a partir de estudos feministas, quando adentrava no caminho de me compreender como mulher e como lésbica em uma sociedade que nos violenta e nos subjuga desde o nascer, tentando podar nossas potencialidades, mas falhando, pois, resistimos. Escrevo esse trabalho, portanto, a partir de uma identidade, posição e existência política, enquanto mulher, LGBTQ+, marxista, feminista, latino-americanista.

Ao longo deste trajeto, conheci mulheres incríveis e re-conheci as mulheres que eu já conhecia antes a partir de uma perspectiva social, histórica, crítica e política, buscando entender suas realidades, as semelhantes e as muito diferentes das minhas, tendo em vista as explorações cotidianas que todas vivenciamos, bem como a força de cada uma frente às dificuldades e a insistência em voar quando as tentativas de amarrar pedras em nossas asas são tantas. Isso ocorreu desde relações familiares, relações afetivas de todos os tipos, relações na Universidade, relações nos campos de estágio pelos quais passei ao longo da graduação e nas extensões que tive a oportunidade de participar. As mulheres são centrais em minha vida e todos os dias aprendo e quero continuar aprendendo com elas.

Discutir as relações sociais de sexo não era minha primeira opção. Ao longo da graduação, trilhei outros caminhos na pesquisa. Contudo, principalmente a experiência de estágio no Centro de Referência Especializado em Assistência Social II, em Foz do Iguaçu, renovou meu interesse nesse tema. Cotidianamente, mulheres, mães, tias, avós, filhas, entravam na sala na qual a equipe (composta apenas por mulheres) do serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, ou nós íamos até elas, e suas histórias de vida e demandas sociais apareciam de formas muito diferentes, mas também muito iguais entre si. As violações de direito e as violências que vivenciam têm em comum as raízes históricas da exploração e opressão de sexo e a Política Nacional de Assistência Social era o local no qual buscávamos responder algumas das demandas contidas nas histórias e experiência dessas mulheres na Tríplice Fronteira. A experiência de estágio na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu I também foi marcante na minha formação pois, apesar de o estágio ter sido realizado em uma unidade masculina, meu principal contato foi com as famílias dos que estavam aprisionados e, dentre as que buscavam o serviço social na instituição, a maioria eram mulheres.

Nesse sentido, não haveria como fugir de algo que tão intrinsecamente me acompanhou ao longo destes anos e, então, proponho a discussão apresentada ao longo deste TCC.

A pergunta geradora que guiou a escrita desta pesquisa foi “**De que forma a divisão sexual do trabalho e o cuidado se relacionam com a Política Nacional de Assistência Social no contexto do capitalismo dependente brasileiro?**”. O objetivo geral da pesquisa foi “Conhecer as discussões relacionadas à divisão sexual do trabalho e ao cuidado na perspectiva do capitalismo dependente e suas reverberações na PNAS/2004 ” e os objetivos específicos da pesquisa foram 1) Discutir a centralidade do patriarcado e divisão sexual do trabalho como peças para manutenção do modo de produção capitalista; 2) Contextualizar a Política Nacional de Assistência Social/2004 no cenário do capitalismo dependente; 3) Refletir sobre o eixo da matricialidade sociofamiliar na PNAS/2004; 4) Identificar as discussões sobre a categoria cuidado no âmbito da reprodução das relações sociais; 5) Compreender como a categoria cuidado se relaciona com a PNAS/2004. O primeiro objetivo foi desenvolvido no primeiro capítulo, o segundo objetivo foi desenvolvido no segundo capítulo e os três últimos objetivos foram desenvolvidos no terceiro capítulo.

A intencionalidade da pesquisa é a de ampliar no Serviço Social os estudos que vinculam o cuidado à assistência social, desnaturalizando o cuidado como algo essencialmente feminino e localizando essa discussão a partir da periferia do capitalismo.

Esse trabalho foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica na qual foram levantados livros e artigos, priorizando como fontes autoras mulheres e marxistas, além de dados estatísticos de institutos nacionais sobre as temáticas. Sobre a pesquisa bibliográfica, Antônio Carlos Gil (2001) elabora que

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre a população ou renda per capita; todavia, se tem à sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários (GIL, 2001, p. 50).

Para além da metodologia, aponto a escolha como método de análise, dado a sua centralidade para o marxismo, do materialismo histórico-dialético, que a partir da crítica à economia política clássica analisa a realidade na qual se está inserido, em movimento que

considera as mudanças e deslocamentos inerentes à aparência e essência dos fenômenos, apreendendo-as como uma unidade dialética no processo de produção e reprodução social (BEHRING; BOSCHETTI, 2009). As análises marxistas consideram os processos históricos e econômicos que nos forjam enquanto sujeitos, assim como forjam a sociedade na qual vivemos, a partir das relações estabelecidas entre humanos e natureza, tendo como principal referencial o trabalho humano.

Nesse movimento analítico, o método marxista não utiliza apenas o real-imediato, nem apenas a abstração teórica, mas as duas coisas sempre de referência uma para a outra, tendo na decomposição da realidade imediata a construção de sínteses (GORENDER, 2016, p. 71) para uma compreensão de totalidade em relação ao particular e particular em relação à totalidade, a partir dos distintos modos de produção e das formações sociohistóricas a eles correspondentes, assim como as relações sociais de produção e reprodução da vida dos sujeitos (SOUZA, 2020).

Apesar de o Brasil estar inserido em uma dinâmica global do capitalismo, há relações próprias da América Latina nas quais o país se insere, tanto na conformação do capitalismo aqui quanto nos desdobramentos dele até os dias de hoje, e isso não pode ser desprezado no desenvolvimento desta pesquisa. Nessa perspectiva, a escolha pela Teoria Marxista da Dependência visa a compreensão de que, por mais que a América Latina e as origens e desenvolvimento do capitalismo aqui não tenham sido espaço privilegiado de análise por Marx, embora ele também não tenha ignorado os movimentos de invasão e expropriação colonial, o método proposto por ele permite a investigação de outras dimensões da sociedade burguesa e da conformação do modo de produção capitalista (SOUZA, 2020), com o objetivo de evidenciar as particularidades daqui em relação à história do capitalismo e as mutações pelas quais esse sistema passa em sua versão brasileira, assim como das formas de exploração e das opressões das quais se alimenta para se manter.

Dentro do Serviço Social, Ana Carla Werneque Ribas e Mirella Rocha (2020) apontam que a TMD está sendo “cada vez mais utilizada e reivindicada como alternativa para compreender as particularidades de nossa realidade latino-americana e brasileira” (p. 2), o que não significa abandonar as(os) autoras(os) clássicas(os) do Serviço Social brasileiro, mas potencializar as análises das peculiaridades latino-americanas, utilizando inclusive dos acúmulos teóricos elaborados por essas autoras e autores. Nesse sentido, ao longo do trabalho, foram utilizadas pesquisadoras assistentes sociais que partem desse olhar teórico para

compreensão dos fenômenos brasileiros relacionados à classe trabalhadora e as políticas sociais desenvolvidas aqui.

Esse trabalho está dividido em 3 partes: na primeira, apresento os aportes teóricos que guiam a discussão sobre o patriarcado, sua fusão com o modo de produção capitalista e a consequente divisão sexual do trabalho, que fica acirrada quando consideradas as consequências do racismo no Brasil. Essas discussões foram alicerçadas nos referenciais de Silvia Federici (2017, 2018), Heleieth Saffioti (2004, 2015), Danièle Kergoat (2009), Mirla Cisne (2012, 2015) e Renata Gomes da Costa (2019).

Na segunda parte, apresento as discussões sobre os mecanismos que operam para a construção e consolidação das políticas sociais no capitalismo de forma geral e de forma particular no capitalismo dependente, especificamente quando se lança o olhar sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no Brasil (BRASIL, 2004). Nessa construção, dei ênfase aos anos de gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), pois a concepção da PNAS/2004 e as normativas para sua operacionalização foram assentadas nesse período. Essas discussões foram realizadas, principalmente, a partir dos trabalhos de José Paulo Netto (2001, 2009), Beatriz Paiva (2017), Dilceane Carraro (2016) e Ana Elizabete Mota (2007, 2012). A opção por abordar esse período foi também uma forma de iniciar meus estudos com essas temáticas entrelaçadas, não desconsiderando que, após as gestões petistas, os cenários para a assistência social no âmbito nacional são de extrema precarização e retrocessos nos parques direitos conquistados e, compreendendo também, que esse estudo não se encerrará neste TCC.

Na terceira parte, proponho a ligação entre esses dois temas, buscando entender as dinâmicas presentes entre as possíveis concepções de cuidado, a responsabilização das mulheres dentro das famílias e a PNAS/2004. Para isso, foi realizado um levantamento sobre alguns dos debates que envolvem o eixo de matricialidade sociofamiliar e a tendência de responsabilização das famílias quanto a sua reprodução e como essa responsabilização recai principalmente sobre as mulheres. Em seguida, foi realizado levantamento bibliográfico sobre o cuidado enquanto necessidade ontológica das pessoas em geral, o cuidado como associado às funções ditas femininas e seu atrelamento ao trabalho doméstico e, posteriormente, o cuidado enquanto proteção social no âmbito da PNAS/2004. Na discussão sobre cuidados, a principal referência foi Rachel Gouveia Passos (2016a; 2016b; 2017; 2020) e para as discussões sobre a centralidade das famílias na PNAS/2004 algumas das referências utilizadas foram Solange Maria Teixeira (2009), Regina Célia Tamasso Miotto (2009a; 2009b, 2015).

Nas considerações finais, sintetizamos a discussão apresentada ao longo desse trabalho e fizemos alguns apontamentos indicando possíveis caminhos para a continuidade e ampliação deste debate.

2. PATRIARCADO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

2.1 - O PATRIARCADO COMO PONTO DE PARTIDA PARA AS ANÁLISES FEMINISTAS DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E DA FAMÍLIA SOB O CAPITALISMO.

A discussão acerca da posição das mulheres dentro do capitalismo é múltipla. Das perspectivas revolucionárias às liberais, são muitos os conceitos e muitas as categorias que foram desenvolvidas, principalmente, ao longo do século XX e que pautam as posições teóricas e as práticas políticas de grupos que levantam bandeiras contra as desigualdades entre homens e mulheres. Iniciamos esse trabalho demarcando, então, que a perspectiva que seguirá ao longo da pesquisa tem como base autoras marxistas que apreendem a exploração e dominação das mulheres como parte intrínseca do capitalismo e, mais que isso, como parte que sustenta a manutenção desse modo de produção, tendo suas raízes conformadas mesmo antes de sua consolidação, com vistas não apenas compreender como se dão essas dinâmicas, mas para construir uma *práxis* orientada à transformação social e aniquilação de todas as formas de exploração e dominação de classe, sexo e raça.

Inicialmente, consideramos importante recuperar a centralidade da categoria patriarcado para os estudos que tem como objetivo a análise da situação das mulheres na sociedade. Heleieth Saffioti, importante socióloga brasileira e uma das mais relevantes referências marxistas nos estudos sobre as mulheres no Brasil, defende essa categoria por compreender que ela é a única que demarca especificamente a dominação e exploração das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2013; 2015). O patriarcado, para a autora, é um sistema de dominação que, ao longo da história, foi se modificando e sendo apropriado pelo modo de produção capitalista. Compreendê-lo como um sistema implica na noção de que ele atravessa as dimensões públicas e privadas da vida social, embora a sujeição feminina tenha sido tratada, ao longo da história, como algo específico do ambiente doméstico/particular.

Silvia Federici (2017), em diálogo com Marx, discorre acerca da apropriação dos corpos e da força de trabalho das mulheres tendo como marco o processo de *acumulação primitiva*¹, o qual demarca, na Europa a partir do século XV, o movimento de apropriação

¹ O processo de acumulação primitiva é discutido por Marx no capítulo 24 d'O Capital, volume I, e é sinalizado como o movimento de transição entre feudalismo e capitalismo. Esse processo, como falado, deu bases ao surgimento do capitalismo e foi realizado de forma mais agudizada no século XVI e tem por característica a expulsão das trabalhadoras e dos trabalhadores de suas terras via violência, mas também com justificativas relacionadas às reformas religiosas protestantes que ocorriam no período e com arrendamento das terras para as monarquias que ainda vigoravam nesses períodos. Demarca-se, nesse sentido, a centralidade da discussão sobre a propriedade privada da terra e sua intrínseca correlação com a exploração da força de trabalho e acumulação de

privada de terras e expulsão das e dos camponeses que nelas moravam e, conseqüentemente, a separação entre trabalhadoras(es) e seus meios de produção. Esse movimento dá base para o desenvolvimento do capitalismo industrial, assim como o surgimento do trabalho dito livre, dado que, ao serem expulsas(os), as e os camponeses agora precisam submeter-se a uma nova forma de produção que se expandia para além da produção doméstica com a finalidade de consumo familiar/comunitário.

Federici (2017) irá ressaltar os aspectos desse processo que tiveram impactos direto sobre as mulheres e sobre a produção da força de trabalho, pois aponta que os indicativos de Marx, apesar de importantes para discutir os fundamentos do capital, são limitadas ao desenvolvimento histórico do homem trabalhador assalariado livre e ao desenvolvimento da produção de mercadorias. A autora aponta, então, que os caminhos que percorre em suas análises priorizam como conseqüências da acumulação primitiva:

i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; ii) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores (FEDERICI, 2017, p.16).

Ao defender que não apenas era necessária a apropriação privada das terras, mas a conformação de uma nova forma de viver e ser, Federici (2017) aponta a extrema violência da acumulação primitiva, o que se expressou a partir das expulsões violentas, das invasões, da escravização e, no caso das mulheres, na guerra contra os corpos femininos a partir da caça às bruxas. Federici (2017) defende que a caça às bruxas ocorrida entre os séculos XVI e XVII são não apenas aspectos da história do capitalismo, mas fazem com que o capitalismo seja o que é até hoje. Ou seja, para a autora, a história das mulheres é a história da luta de classes; a história das mulheres e as desigualdades que existem dentro do capitalismo não são apenas culturais, mas próprias das formas que se estabeleceram as relações de classe sob o modo de produção capitalista. A apropriação e controle dos corpos femininos, sua perseguição, sua mistificação para posterior violação, são intrínsecos à forma de ser do capitalismo e, portanto, não é possível dentro dele pensar em possibilidades de libertação para a classe trabalhadora de forma geral e para as mulheres de forma específica.

riquezas, seja na Europa ou nos países dependentes, dado que ao passo que as expropriações ocorriam na Europa, também aconteciam as invasões coloniais em países latino-americanos e africanos. Nesse tema, a partir da realidade histórica brasileira, indicamos o livro *Racismo e Luta de Classes na América Latina: As veias abertas do capitalismo dependente* (2020), de Cristiane Sabino de Souza.

Nesse movimento de disciplinação e apropriação do corpo e da sexualidade² das mulheres, Federici (2017) aponta que emergem os novos papéis atribuídos às famílias, agora locais privilegiados do âmbito privilegiado da produção e da reprodução social. Se antes da caça às bruxas as mulheres eram detentoras de conhecimentos acerca da reprodução da vida humana, repassados de geração em geração, após a necessidade de controle da natalidade como garantia de reprodução da força de trabalho, Estado e Igreja unem-se para perseguir as que utilizavam desses conhecimentos de forma a garantir seus direitos sobre a maternidade (FEDERICI, 2017).

A caça às bruxas instaurou um novo código patriarcal fundado em outra concepção de família, função social da esposa, do marido e dos filhos. A sexualidade das mulheres e sua capacidade reprodutiva foram disciplinadas e controladas pelos homens e pelo Estado. Conforme Federici (2017) houve uma reestruturação da vida sexual que foi ajustada a nova disciplina capitalista do trabalho que perseguia e criminalizava atividades sexuais que ameaçassem a procriação e a transmissão da propriedade no interior da família (COSTA, 2019, p. 116).

Por outro lado, nas terras latino-americanas invadidas na colonização nesse mesmo período, as mulheres negras escravizadas passaram por um processo semelhante de controle de sua reprodução para a criação de mão-de-obra. Contudo, apesar de serem obrigadas a gestar as crianças, eram violentadas duplamente ao terem suas filhas e filhos arrancados para sua comercialização como escravizadas(os). Tinham, portanto, a obrigação de gestar sem o direito de ser mãe. Ainda, a experiência das mulheres negras era sistematicamente perpassada pela hiperssexualização e estupro, principalmente por parte dos senhores brancos (COSTA, 2019). Em todo caso, mulheres veriam seus corpos instrumentalizados em nome da administração da força de trabalho, invariavelmente:

Mas, apesar das diferenças, em ambos os casos o corpo feminino foi transformado em instrumento para a reprodução do trabalho e para a expansão da força de trabalho, tratado como uma máquina natural de criação, funcionando de acordo com ritmos que estavam fora do controle das mulheres. (FEDERICI, 2017, p. 163)

No Brasil, o escravismo que delimita o período da colonização deixou marcas profundas na forma organizacional do capitalismo e suas raízes,

² Os direitos reprodutivos das mulheres, ainda hoje, são palco de debates, contradições e violências no que diz respeito, por exemplo, ao direito de escolha ao aborto, às violências corretivas experienciadas por mulheres que vivem sexualidades não-heterossexuais, entre outras.

À custa da escravidão, violência, roubo, expropriações nas Américas, o capitalismo vai erguendo seus fundamentos elementares para implementar sua lógica, posteriormente, de produção e reprodução. Esse modo de produção desde o início já demonstra que criará uma sociabilidade ancorada em contradições que impossibilitam um modo de vida emancipado. Dominação externa e, por conseguinte, dependência, vividas na Américas, com destaque para as formações econômico-sociais do sul, foram elementos fundamentais que possibilitaram a acumulação primitiva dos países europeus (COSTA, 2019, p. 22).

Especialmente no que diz respeito à realidade das mulheres negras brasileiras, ainda hoje elas são as que estão em piores situações de trabalho e remuneração, assim como são predominantes na esfera do trabalho doméstico, conforme veremos adiante.

Aqui o patriarcado é racista e o racismo é patriarcal, por mais que não se limite a essa caracterização e todos os sujeitos negros sofram com o racismo, as mulheres, por vivenciarem outros elementos que são funcionais ao desenvolvimento do capitalismo de forma geral, estão inseridas em um sistema de dominação-exploração-opressão mais agudizado (COSTA, 2019, p. 97).

Renata Gomes da Costa (2019) sintetiza a discussão acerca do patriarcado na seguinte perspectiva:

O patriarcado é um sistema de dominação-exploração das mulheres que se reconfigura e se moderniza para se assentar à lógica do modo de produção capitalista. É uma relação civil, como afirma Saffioti (2015), e não privada que concede direitos sexuais aos homens sobre as mulheres e hierarquiza as relações sociais e familiares na sociedade. Como afirma Pateman (1993), patriarcado não é sinônimo de direito paterno, pois para ser pai o homem antes é marido. Diante disso, não pode ser concebido como um fenômeno histórico presente apenas nas sociedades rurais e latifundiárias. No capitalismo o patriarcado é fraternal, contratual e estrutural. O contrato sexual, afirma a autora, é o processo que transforma as mulheres em objeto de um contrato fundado no direito patriarcal civil. O que para nossa pesquisa diz respeito a um processo de apropriação que é fundado no contrato sexual (COSTA, 2019, p. 10).

A utilização dessa categoria para a análise da posição das mulheres sob o capitalismo é primordial para a compreensão de todos os aspectos que permeiam as experiências femininas e convergimos com Federici (2017) quando aponta que ignorar a especificidade das mulheres e a história particular delas enquanto classe trabalhadora explorada e expropriada pelo capital, ao mesmo passo que oculta a resistência de metade da população mundial, oculta as raízes do funcionamento desse modo de produção.

2.2. TRABALHO COMO CATEGORIA PARA COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS CAPITALISTAS

Antes de entrarmos na discussão teórica acerca da divisão sexual do trabalho, destacamos teoricamente a perspectiva com a qual abordaremos o trabalho sob o capitalismo nesta pesquisa. Marx, no capítulo 5 d'O Capital, "Processo de trabalho e processo de valorização", afirma que "a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela." (Marx, 2013, p. 255.). Nesse sentido, é possível perceber que as duas categorias têm uma relação entre elas, contudo ainda apresentam distinções entre si. O trabalho, para Marx, é um processo entre as pessoas e a natureza, no qual as pessoas relacionam-se com ela, a partir de seu corpo e de seus meios de trabalho, com o objetivo de transformá-la. É também um processo no qual as pessoas relacionam-se entre si, construindo assim as relações sociais.

O trabalho humano, contudo, é diferente do trabalho executado, por exemplo, por abelhas na construção de uma colmeia, já que os seres humanos são capazes de projetar o objetivo final de seus trabalhos em suas cabeças antes de executá-lo (Marx, 2013). O trabalho, portanto, é uma atividade humana na qual além do esforço físico, há uma vontade orientada a um fim, com a qual os seres humanos transformam a natureza de acordo com suas necessidades sociais. Existe, pois, uma relação dialética entre humanos e natureza, que se modificam uns aos outros a partir do trabalho, conforme os processos históricos avançam e se desenvolvem.

Já a força de trabalho pode ser compreendida como o dispêndio de força utilizado pelo trabalhador para realizar os produtos do trabalho, é a capacidade de trabalhar. No capitalismo, a força de trabalho é uma mercadoria, tem valor, e é aquilo que é vendido pelas(os) trabalhadoras(es) aos detentores dos meios de produção. Isso ocorre devido às relações formais (jurídicas) de trabalho estabelecidas no capitalismo, nas quais as/os são livres para vender sua força de trabalho, diferente, por exemplo, das relações estabelecidas nas economias escravistas e servis. Por ser uma mercadoria, a força de trabalho, diferentemente do trabalho, pode ser compreendida pelas dimensões valor de uso e valor de troca.

O valor (de troca) da mercadoria força de trabalho é o tempo de trabalho necessário para que a própria força de trabalho se reproduza; isso significa que a remuneração paga às(aos) trabalhadoras(es) é destinada ao valor de seus meios de subsistência, como alimentação e moradia, por exemplo, mas estende-se a outros fatores da vida social. O valor da força de trabalho é pago a partir do preço dos salários. O valor de uso da mercadoria força de trabalho, por outro lado, relaciona-se com seu potencial em produzir valor, ela é capaz de criar mais valor do que originalmente tem; seu valor de uso, ainda, é aquilo que o capitalista procura, pois é a partir da força do trabalho que o trabalho em si é realizado.

O trabalho, portanto, é uma capacidade humana de criação a partir da ideação e execução, que é mercantilizada no capitalismo a partir da venda da força de trabalho e possui valor e valor de uso e as/os seus vendedores recebem como pagamento à força de trabalho um salário que é pago para garantir sua reprodução e não integralmente aquilo que ela produz.

As relações sociais sob o capitalismo são demarcadas pelo antagonismo de classe que coloca detentores dos meios privados de produção em oposição aos que precisam vender suas forças de trabalho para garantir sua sobrevivência.

2.3. A CENTRALIDADE DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO BRASIL

Dada a centralidade da categoria trabalho no desenvolvimento humano e compreendendo a exploração da força de trabalho como fundamental à consolidação e manutenção do capitalismo, bem como a discussão acerca da relação entre patriarcado e modo de produção capitalista, partiremos agora para a relação entre esses elementos no que se refere à realidade das mulheres no contexto brasileiro.

De acordo com os dados da PNAD Contínua, publicados em 2020, as mulheres brasileiras despendem seu tempo nas atividades do ambiente doméstico, em média, cerca de 50% a mais que os homens. Essa estatística confirma um tema discutido há algumas décadas pelas feministas que se debruçam sobre as temáticas que envolvem os papéis sociais designados a homens e mulheres, que são baseados no sexo biológico, mas que se desdobram em construções sociais que naturalizam tais papéis: a divisão sexual do trabalho. Nessa perspectiva, uma das principais referências para esse debate é a autora Danièle Kergoat (2009), que define essa categoria de análise da seguinte forma:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc...) Esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher) (KERGOAT, 2009, p. 67).

Historicamente, dada a consolidação do modo de viver sob a égide do capitalismo fundido com a organização familiar patriarcal, de forma geral, as mulheres foram delegadas ao ambiente doméstico enquanto os homens foram responsabilizados pelo trabalho realizado fora de casa. A leitura inicial desse fato, a partir das interpretações das pesquisadoras marxistas desse

fenômeno, explica-se a partir da organização da produção social: por um lado, os homens deveriam deslocar-se de suas casas para trabalhar, garantindo assim a expropriação de valor de sua força de trabalho no âmbito da produção de mercadorias e, por outro lado, às mulheres restava a manutenção dessa força de trabalho, a partir dos cuidados relacionados à esfera doméstica (CISNE, 2015), o que relaciona o trabalho das mulheres como parte fundamental da dimensão de garantia de reprodução da força de trabalho.

Nesse sentido, Mirla Cisne (2012) elabora que o trabalho feminino é apropriado pelo capitalismo, na seguinte perspectiva:

A subordinação da mulher e os dons ou habilidades ditas femininas são apropriados pelo capital para a exploração da força de trabalho, pois, as atividades e trabalhos desenvolvidos por mulheres, ao serem vistos como atributos naturais, extensões de habilidades próprias de uma essência feminina vinculada às atividades reprodutivas, não são consideradas como capacidades de trabalho, como algo tecnicamente especializado (CISNE, 2012, p. 114).

O trabalho dos homens era, portanto, realizado de forma remunerada, enquanto o das mulheres ficava às sombras, no âmbito privado, naturalizado como algo inerente às mulheres, devido às suas características relacionadas à maternidade e ao cuidado (KERGOAT, 2009). Reforçamos que, apesar de no capitalismo as estruturas de exploração sobre a força de trabalho de formal geral e das mulheres de forma particular não serem exclusivas desse modo de produção, nele são agudizadas as condições de exploração de classe imbuídas de um sistema de dominação anterior ao capital, o patriarcado, conforme discutido anteriormente. Ainda, sobre a relação entre trabalho reprodutivo e produtivo, Federici (2018) elabora que

Queda por puntualizar que al afirmar que el trabajo que llevamos a cabo en casa es producción capitalista no estamos expresando un deseo de ser legitimadas como parte de las “fuerzas productivas”; en otras palabras, no es un recurso al moralismo. Solo desde un punto de vista capitalista ser productivo es una virtud moral, incluso un imperativo moral. Desde el punto de vista de la clase obrera, ser productivo significa simplemente ser explotado. Como Marx reconocía “ser un obrero productivo no es precisamente una dicha, sino una desgracia”. Por ello obtenemos poca “autoestima” de esto. Pero cuando afirmamos que el trabajo reproductivo es un momento de la producción capitalista, estamos clarificando nuestra función específica en la división capitalista del trabajo y las formas específicas que nuestra revuelta debe tomar (FEDERICI, 2018, p. 28-29).

Essa dinâmica social estabelecida entre os sexos, segundo Kergoat (2009), hierarquiza as atividades realizadas por homens e mulheres a partir de uma determinação biológica naturalizada ao longo do tempo enquanto essenciais ao *ser* homem e *ser* mulher, o que acarreta uma relação de poderes entre esses grupos antagônicos, cuja base teórica e prática

necessária para análise e superação desse antagonismo perpassa pela divisão social do trabalho. É importante reforçar que essas dinâmicas se emaranham ao todo social e perpassam toda a organização da vida das mulheres, conforme aponta Saffioti (2015):

(...) as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, e, portanto, as diferenças entre público e privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados. Para fins analíticos, são esferas distintas; são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social. (SAFFIOTI, 2015, p. 56)

Com as mudanças do capitalismo ao longo do tempo, ao passo que se desenvolvem as formas de organização da força de trabalho e as forças produtivas, bem como, levantam-se as históricas lutas dos movimentos feministas da classe trabalhadora, especialmente ao longo dos séculos XIX e XX, a mulher passa a ser inserida de novas formas no mercado de trabalho, sem, contudo, que essa nova dinâmica suprima as velhas formas patriarcais de dominação feminina. Apesar de sua inclusão no mercado de trabalho, as mulheres continuam majoritariamente ocupadas e responsáveis pelas atividades domésticas, culminando em sua dupla jornada de trabalho: dentro e fora do lar. A PNAD Contínua (2020) aponta que, em 2019 no Brasil, dentre os homens acima de 15 anos, 73,7% ocupavam espaços no mercado de trabalho, enquanto entre as mulheres esse número estava em 54,5%, dentre a estimativa de 96 milhões de pessoas ocupadas nesse período.

Se partimos da compreensão de que a força de trabalho é uma mercadoria e que é expropriada de forma a obtenção de maiores lucros e que o tempo de trabalho necessário e excedente são os marcos dessa expropriação, assim como o valor dessa força de trabalho é medido a partir de seus custos para sua reprodução, apesar da dinâmica de superexploração atingir todas(os) as(os) trabalhadoras(es) dentro do capitalismo brasileiro, as mulheres são atingidas de forma ainda mais brutal, dado que é sobre elas que recai o peso de garantir a contínua manutenção da força de trabalho (COSTA, 2019, p. 85).

Ao considerarmos que capitalismo e patriarcado agem de forma conjunta na exploração da força de trabalho feminina, é primordial frisar que isso não ocorre de forma homogênea dentre as mulheres. As autoras que analisam a história das pessoas negras a partir de um olhar crítico acerca dos estudos de raízes europeias sobre a sociabilidade das mulheres, demarcam a necessidade, com vistas à maior compreensão sobre a superexploração da força de trabalho, de um olhar atento às diferentes dinâmicas estabelecidas entre pessoas brancas e

peessoas negras, e mesmo entre mulheres brancas e mulheres negras, especialmente no que tange às heranças escravocratas das terras brasileiras. Nesse sentido, Lélia Gonzalez aponta que

Claro está que, enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou superexploração do negro, a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo, a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam as recompensas materiais e simbólicas mais desejadas. Isso significa, em outros termos, que, se pessoas possuidoras dos mesmos recursos (origem de classe e educação, por exemplo), excetuando sua afiliação racial, entram no campo da competição, o resultado desta última será desfavorável aos não brancos. (GONZÁLEZ, 1979, p. 29)

E ainda:

No que se refere à discriminação da mulher, que se observem, por exemplo, as diferenças salariais no exercício de uma função com relação ao homem, e a aceitação de que “está tudo bem”. Quanto à mulher negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca. A empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da “inferioridade”, da subordinação. No entanto, foi ela quem possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa dentro do sistema de dupla jornada. (GONZALEZ, 1979, p. 35)

Frisa-se que, apesar de as mulheres de forma geral dedicarem mais tempo atividades domésticas, as mulheres negras utilizam maior parte de seus tempos com essas tarefas, conforme indicado pela PNAD Contínua de 2020, que aponta que as mulheres negras utilizam em média 2 horas semanais a mais que as mulheres brancas (22,0 em oposição às 20,7 horas). Ainda, a pesquisa aponta a inserção das mulheres no mercado de trabalho também é divergente quando analisada sob a perspectiva étnico-racial, especialmente quando considerados os formatos de trabalho parcial, que tendem a ser ocupados por mulheres devido à dupla jornada de trabalho: $\frac{1}{3}$ das mulheres encontravam-se nessa modalidade de trabalho, contudo, a participação das mulheres negras nessa forma de trabalho chega aos 32,7%, enquanto a de mulheres brancas estava em 26%.

O racismo, portanto, é também uma categoria primordial para pensar as relações sociais e de sexo no Brasil, visto que permeia todas as dinâmicas de produção e reprodução que por aqui ocorrem, dadas as suas garras que envolvem a sociedade brasileira por todo o percurso de formação sócio-histórica, conforme elaborado por Cristiane Sabino de Souza:

O racismo é a herança da escravidão colonial, nascida dos mesmos processos que possibilitaram a existência da sociedade burguesa moderna: de cujos espólios jamais poderá se livrar sem sucumbir-se. Por isso mesmo os mantêm

e os reproduz, pois deles se alimenta. A exploração e a dominação racial, bem como a dominação patriarcal são os eixos estruturantes do capitalismo. A luta de classes moderna é, necessariamente, um complexo que comporta a dialética da exploração da força de trabalho e das opressões de sexo e raça. (SOUZA, 2020, p. 39)

Cabe, então, destacar que essa forma de olhar para essas particularidades, a partir de uma perspectiva dialética, não tem como objetivo apenas demarcar hierarquizações ou rivalizar alguns grupos sobre outros, mas sinalizar que os *nós* (KERGOAT, 2009) criados pela exploração da força de trabalho agem de formas distintas, mesmo entre grupos explorados-dominados, o que expressa a complexidade dessas relações sociais:

Trata-se de buscar compreender as particularidades dessas relações em uma unidade dialética que nos permite analisar como o racismo e a condição de classe são estruturantes da forma como as opressões sobre as mulheres são vivenciadas diferentemente, bem como a própria exploração sobre o trabalho. É com base nessa perspectiva que entendemos que a classe, por exemplo, divide as mulheres. Ou seja, que mulheres exploram mulheres. Assim como mulheres negras são ainda mais exploradas e violentadas nesta sociedade. As mulheres, portanto, são atravessadas pelas relações de classe e raça (DANTAS; CISNE, 2017, p. 80).

Quanto ao trabalho invisibilizado no ambiente privado, destacamos alguns dados apontados em relatório da PNAD Contínua na categoria “Outras formas de trabalho”, que considera como trabalho doméstico as seguintes atividades:

Na Pesquisa, as atividades consideradas como afazeres domésticos são agrupadas em oito conjuntos, assim identificados: 1) preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar louça; 2) cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos; 3) fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos; 4) limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim; 5) cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados); 6) fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio; 7) cuidar dos animais domésticos; e 8) outras tarefas domésticas. (PNAD, 2020, p. 1)

Em 2019, 147,6 milhões de pessoas com mais de 14 anos realizaram trabalhos domésticos em suas casas ou na de familiares, nesse índice, 78% dos homens realizaram alguma atividade desse tipo, enquanto entre as mulheres a porcentagem sobe para 92%. No sul do país, o índice entre homens e mulheres fica entre 86% e 93%, respectivamente, de acordo com o mesmo relatório (PNAD, 2020).

O trabalho de reprodução social – que cotidianamente garante as bases necessárias imediatas à sobrevivência, tais como a preparação da comida, a realização da limpeza da casa e o cuidado de pessoas (GORZ, 2007) – constituiu-se, material e ideologicamente, como atributo feminino, assumindo a forma de um “não trabalho”, ou seja, de um trabalho invisível, desvalorizado e não remunerado. O trabalho doméstico não remunerado forjou-se como a forma histórica particular do trabalho de reprodução social (KERGOAT, 2009).

Apesar dos números indicarem a insistência da responsabilização das mulheres dentro dos lares, dois fatores são importantes de serem frisados: o número de famílias monoparentais cujas pessoas de referência são mulheres solo é maior entre a população em situação de pobreza e de extrema pobreza e o inverso ocorre nas parcelas populacionais com rendimentos maiores, o que demarca a feminização da pobreza e a desigualdade nos rendimentos que decorrem das desigualdades salariais. Os dados apontam ainda, conforme indicado anteriormente, que entre as mulheres negras, tal desigualdade fica particularmente acirrada.

Em 2018, 12,755 milhões de pessoas viviam em arranjos familiares formados por responsável, sem cônjuge e com filhos até 14 anos, compreendendo 7,4% da população. Desse total, em 90,3% dos domicílios a responsável era mulher. Dentre estas, 67,5% eram pretas ou pardas e 31,2% brancas. Considerando a situação de pobreza e extrema pobreza, dentre os arranjos familiares, os formados por mulheres, sem cônjuges e com filhos menores de 14 anos estão entre os mais concentrados na situação de pobreza extrema. Esses arranjos compreendem 20,6% do total da população que vive em extrema pobreza no país. Os que possuem chefia de mulheres pretas ou pardas concentram 23,7% da população extremamente pobre, enquanto dentre as brancas o percentual é de 13,9%. A situação é ainda mais profunda quando consideramos os domicílios pobres, nos quais as mulheres chefes, com filhos e sem cônjuges concentram 54% do total, aqueles chefiados por mulheres pretas e pardas 63%, e os chefiados por mulheres brancas 39,6%. (Vieceli, 2020, s/p)

Os números indicados expressam o protagonismo das mulheres nas atividades citadas, contudo, cabe a continuidade da reflexão daquilo que esses números representam no que se refere à divisão sexual do trabalho e a posição das mulheres na sociedade, como apontado por Federici:

Porque tan pronto como levantamos la mirada de los calcetines que remendamos y de las comidas que preparamos, observamos que, aunque no se traduce en un salario para nosotras, producimos ni más ni menos que el producto más precioso que puede aparecer en el mercado capitalista: la fuerza de trabajo. El trabajo doméstico es mucho más que la limpieza de la casa. Es servir a los que ganan el salario, física, emocional y sexualmente, tenerlos listos para el trabajo día tras día. Es la crianza y cuidado de nuestros hijos –

los futuros trabajadores– cuidándolos desde el día de su nacimiento y durante sus años escolares, asegurándonos de que ellos también actúen de la manera que se espera bajo el capitalismo. Esto significa que tras cada fábrica, tras cada escuela, oficina o mina se encuentra oculto el trabajo de millones de mujeres que han consumido su vida, su trabajo, produciendo la fuerza de trabajo que se emplea en esas fábricas, escuelas, oficinas o minas (FEDERICI, 2018, p. 26).

O trabalho doméstico, portanto, é um aspecto da reprodução da força de trabalho que, tido como obrigação feminina, é naturalizado devido à divisão sexual do trabalho e apropriado pela forma organizacional do capitalismo e patriarcado a partir da apropriação do tempo de trabalho feminino, com o objetivo de ocultar o trabalho das mulheres ao mesmo passo que, sem ele, sua própria existência estaria fadada ao fracasso. No Brasil, o trabalho doméstico é expressão do racismo e do sexismo fundados desde os primórdios do capitalismo devido à invasão colonial. Uma das formas pelas quais o Estado elabora respostas a essas questões é a partir das políticas sociais, que serão abordadas a seguir.

3. POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO: APONTAMENTOS E CONTEXTUALIZAÇÕES

3.1 O OLHAR SOBRE A POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO

De forma geral, a política social pode ser compreendida como uma ação do Estado, organizada e gerida pelos governos, que visa atender as demandas da população. São benefícios e serviços sociais regulamentados e administrados pelo poder público e tem como objetivo melhorar as condições sociais coletivas e organiza-se setorialmente a partir de áreas como a assistência social, a saúde, a educação, entre outros. Podem ter caráter contributivo, como a previdência social, na qual os beneficiários pagam antes de receber o acesso ao benefício, ou não contributivas, as quais são financiadas a partir do fundo público coletado desde tributos (HELLMAN; FERNANDES, 2016), nas quais encaixam-se os serviços públicos e os programas de transferência de renda, por exemplo. A política social, contudo, insere-se dentro da dinâmica de produção e reprodução social da sociedade capitalista, sendo fruto da dinâmica de acumulação capitalista e da luta de classes e é, portanto, atravessada pelas contradições que são fruto dessa sociedade.

Para a construção deste trabalho, partimos da compreensão de políticas sociais elaborada por Elaine Rossetti Behring e Ivanete Boschetti (2016), que as analisa desde uma perspectiva crítico-dialética, as entendendo como frutos das relações complexas e contraditórias estabelecidas entre Estado e sociedade. A partir dessa leitura, as políticas sociais em sua realização não podem ser apreendidas desde visões unilaterais, seja a partir de visões que compreendem o Estado como figura neutra e passível que apenas responde às demandas da população e tem como objetivo garantir melhores condições de vida a todos de forma equitativa, seja a partir de visões que delimitam o Estado como instrumento que visa apenas favorecer à acumulação capitalista e o fortalecimento da burguesia, embora sejam fortemente utilizados para este fim.

As políticas sociais, como frutos de uma sociedade e de relações contraditórias, estão inseridas nos processos de luta de classes, assim como o Estado, e apesar de estarem inseridas nas dinâmicas que propiciam a acumulação de capital, também são avanços significativos da luta da classe trabalhadora e para a garantia de imposição de alguns limites aos ganhos do capital e tecem influência no movimento de apropriação daquilo que é produzido socialmente. Por outro lado, ainda que signifiquem avanços, sozinhas não são suficientes para uma efetiva redução das desigualdades sociais e eliminação da pobreza, que são problemas estruturais expressos a partir das relações entre capital e trabalho.

3.2 - CONFORMAÇÃO HISTÓRICA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CAPITALISMO DE PAÍSES CENTRAIS

As primeiras formas de regulamentação estatal quanto às demandas da classe trabalhadora emergem da relação conflituosa entre Estado e esta classe, a partir do final do século XVIII, devido à Revolução Industrial, desde uma perspectiva geral de desenvolvimento do capitalismo europeu, tanto como respostas às reivindicações das trabalhadoras e trabalhadores quanto como forma de enfrentamento e controle destas, no marco do liberalismo³. Por terem como princípio o liberalismo, essas intervenções não tinham em suas bases a universalidade, mas sim um caráter paliativo, pois compreendia-se que o mercado era capaz de regular as relações sociais e os indivíduos deveriam prover seus sustentos a partir de seus trabalhos, dando como natural a situação de miséria da população. Esse ideário liberal é o que configura as relações estabelecidas entre Estado e classe trabalhadora, bem como as estruturas do capitalismo (BEHRING, BOSCHETTI, 2009).

Nesse sentido, posteriormente, as políticas sociais e as formas de proteção emergem como formas de enfrentamento às diversas expressões da questão social, que tem como base as dinâmicas de exploração fruto da relação entre capital e trabalho (NETTO, 2001), que demarcam a produção e reprodução das relações sociais, ou seja, as condições econômicas, nesse momento capitalistas, e as estruturas da sociedade que são importantes para a manutenção dessas condições — as instituições, a cultura, a ideologia dominante. Netto (2001) destaca que se são históricos os conflitos entre classes dominantes e dominadas, nesse período o que ocorre de inédito é que, antes, as sociedades não tinham mecanismos de produção suficientes para corresponder à pobreza; com o desenvolvimento produtivo, contudo, a possibilidade de produção de riquezas aumentava ao mesmo passo que aumentava o pauperismo, condição que, teoricamente, conceituamos como *questão social*:

o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. (NETTO, 2001, p. 42).

³ O liberalismo é compreendido por Behring e Boschetti (2009) como “a supremacia do individualismo, a sobreposição do bem-estar individual em relação ao bem-estar coletivo, incentivo à competitividade, a liberdade como princípio primordial, a naturalização da pobreza, a manutenção de um Estado mínimo frente às demandas sociais”.

É importante pontuar que das contradições entre capital e trabalho não emergem apenas as desigualdades sociais, pelo contrário: falar sobre a questão social é também abordar as lutas da classe trabalhadora na sua resistência e sobrevivência dentro desse modo de produção, reivindicando condições dignas de vida, naquele momento com pautas envolvendo demandas salariais e as jornadas de trabalho, e a noção do que entendemos, hoje, como direitos sociais, políticos e civis. A *questão social* sofre intervenções não pela benevolência do Estado, mas pelos enfrentamentos realizados por trabalhadoras e trabalhadores e, apenas então, passa a receber intervenção estatal — ora via repressão, ora via concessões, devido às próprias necessidades da reprodução social (BEHRING; BOSCHETTI, 2009; PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010).

A partir da leitura do livro *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, de José Paulo Netto (2009), compreende-se que as políticas sociais concretizam-se a partir da consolidação dos monopólios do capitalismo, também compreendido como o estágio imperialista⁴ do desenvolvimento desse modo de produção, a partir do final do século XIX (1890-1940), fase esta que deslança uma alteração nas dinâmicas anteriormente conhecidas no capitalismo, ao mesmo tempo que subsume o período concorrencial do capitalismo, no qual ocorriam as intervenções estatais supracitadas.

Uma das características desse período, conforme apontado por Netto (2009), é que o avanço da inovação tecnológica e seu uso para a produção empurram maiores camadas da classe trabalhadora para o desemprego, o que amplia o exército industrial de reserva e demarca a necessidade de alteração na relação entre capitalismo, Estado e classe trabalhadora, ampliando-se as responsabilidades e atribuições estatais (PAIVA, 2017, p. 4)

Altera-se, portanto, o caráter da intervenção estatal: se antes as intervenções ocorriam de formas pontuais e esporádicas, a partir da internacionalização da produção e da era dos monopólios, faz-se necessário que o Estado atue de forma direta no controle da reprodução social da vida de trabalhadoras(es) que estão dentro e fora do mercado de trabalho, mantendo-

⁴ Para Lenin, o imperialismo é uma fase do capitalismo em seu estágio avançado de desenvolvimento, na qual sobressaem os monopólios e o capital financeiro, o qual é capaz de ocasionar inclusive guerras, a exemplo da Primeira Guerra Mundial, cujo objetivo, para o autor, seria a redivisão do mundo (territórios) entre as grandes potências europeias. Ele identifica cinco pontos fundamentais para a consolidação do imperialismo, quais sejam: a) a concentração da produção e de capital de forma tão alta que geram os monopólios; b) a fusão do capital bancário e industrial (capital financeiro), o que cria a oligarquia financeira; c) a prevalência da exportação de capitais ao invés de exportação de mercadorias; d) a formação de associações capitalistas internacionais que dividem o mundo entre si; e e) a divisão do mundo entre as potências mais importantes, ou seja, desigual entre os países. (AMARAL, 2012)

se como embaixador das relações de produção capitalista, mas agora com suas funções econômicas e políticas imbricadas, já que passa de ser um interventor esporádico para tornar-se organizador das dinâmicas que fazem parte da produção de forma contínua. O Estado reforça e amplia, então, seu papel de contenção às crises cíclicas e inevitáveis do capital, devido a sua forma de expansão, acumulação e necessidade de extração de mais-valia. Nesse sentido, Netto (2009), ainda, discorre sobre as diversas formas de atuação do Estado nesse momento, que desdobram-se para além da relação direta com a classe trabalhadora, apresentando-se também com os subsídios garantidos pelo Estado, acordos para facilitar menores custos de produção com setores como os de energia e água, compromisso com as dívidas desses grupos para a conservação de seus lucros (socialização das perdas em detrimento da socialização dos ganhos que mantêm-se privados), investimentos públicos em infraestrutura, entre outros.

Netto (2009) aponta que o controle e a conservação da força de trabalho, esteja ela empregada ou não, tornam-se prioridades para o Estado para garantir a contínua valorização do capital, a partir da possibilidade de a classe trabalhadora manter algum nível de consumo, bem como apta a ocupar com sua força a esfera de produção, quando necessário. A tarefa assumida pelo Estado nesse momento, então, opera a partir da reorganização de seus aparatos, absorvendo para si além das demandas capitalistas, as lutas da classe trabalhadora, a fim de gerar uma aparente legitimação em suas atuações, tendo como resultado uma ação *coesionadora* das demandas sociais, mediando as correlações de forças existentes ao período — interesses das classes dominantes e dominadas. Nesse sentido, os enfrentamentos à questão social formam “um tecido institucionalizado de dominação político-ideológica burguesa na esfera da reprodução social, que é movida pela necessidade do capital de preservação e controle da força de trabalho” (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 158).

Para isso, emergem, então, as políticas sociais como forma de garantir as condições necessárias para a reprodução e manutenção do capitalismo monopolista, a partir de regulações nas relações trabalhistas, dos fundos públicos da previdência que previnem o subconsumo e redistribuir os custos da vida útil das/os trabalhadoras/es, políticas educacionais profissionalizantes para capacitação ao mercado de trabalho, seguro social para desempregados (NETTO, 2009, p. 31). Nesse sentido, o autor aponta as seguintes perspectivas dentro dessa dinâmica: por um lado, ao “ouvir” as demandas da classe trabalhadora frente às sequelas da questão social, o Estado garante que esses grupos se sintam representados por ele; por outro lado, necessariamente o Estado monopolista precisa tratar essas sequelas como alvo de políticas

sociais, no plural, fragmentando as sequelas e garantindo a ocultação da contradição entre capital-trabalho:

(...) as sequelas da “questão social” são recortadas como problemáticas particulares (*o* desemprego, *a* fome, *a* carência habitacional, *o* acidente de trabalho, *a* falta de escolarização, *a* incapacidade física, etc.) e assim enfrentadas. A constatação de um sistema de nexos causais, quando se impõe aos intervenientes, alcança no máximo o estatuto de um quadro de referência centrado na noção de *integração social*: selecionam-se variáveis cuja instrumentação é priorizada segundo os efeitos multiplicadores que podem ter na perspectiva de promover a redução de *disfuncionalidades* — tudo que se passa como se estas fossem inevitáveis ou como se se originassem de um “desvio” da lógica social (NETTO, 2009, p. 32, grifos do autor).

Dessa forma, garantem-se os superlucros no capitalismo monopolista com a participação do Estado no processo de acumulação, a partir da produção de excedentes econômicos providenciados pela própria classe trabalhadora e apropriados pelo aparato estatal, dentro das dinâmicas da luta de classes⁵ (PAIVA, ROCHA, CARRARO, 2010).

A obra de Netto (2009) traça importantes caminhos para o entendimento da dinâmica geral do capitalismo e das políticas sociais dentro do imperialismo, contudo, é cada vez maior o esforço teórico para compreender como essa dinâmica se estabelece dentro dos países cuja economia encontram-se subordinadas à organização do capital nos países centrais, o que é o caso dos países latino-americanos, como o Brasil (RIBAS, ROCHA, 2019).

3.3 POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO PERIFÉRICO BRASILEIRO

Trabalhar longas horas, de forma extenuante, intensa e sem a garantia que esse trabalho irá dar conta de todos os boletos que chegam no mês, além de outras necessidades comuns de consumo e sobrevivência, é a realidade da maioria da população brasileira. O que se sente na pele pelas trabalhadoras(es) brasileiras(os), é nomeado teoricamente a partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD), com autores referenciais clássicos como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, como superexploração da força de trabalho. Tal fenômeno econômico e social marca a forma como se estruturou o trabalho no Brasil e no restante da América Latina, segundo esses autores.

⁵ As políticas sociais não são a única alternativa encontrada pelo Estado e pelos grupos monopólicos para lidar com esse excedente, Netto (2009) e Paiva, Rocha e Carraro (2010) citam o aumento da indústria bélica/aparato militar e também apontam o aumento da publicidade capitalista como forma de manipulação para ampliação do consumo, além do incremento nas despesas com a administração pública civil.

A superexploração é a particularidade do trabalho assalariado e da extração de mais-valia nas economias dependentes, assim como é parte estrutural dessas economias (Amaral; Carcanholo, 2009). Beatriz Paiva, Mirella Rocha e Dilceane Carraro (2010) definem o capitalismo dependente como “uma formação social que acentua até o limite as contradições que são próprias ao modo capitalista de produção” (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 170).

Acontece que, desde os períodos da colonização, e posteriormente com a industrialização dos países europeus, a partir da forma que o Brasil foi inserido na divisão internacional do trabalho, nossa produção sempre foi voltada para fora, priorizando as necessidades do mercado de outros países, sem que se considerasse de forma significativa a circulação interna de mercadorias, tampouco o consumo interno da população (MARINI, 2011). Ademais, as mercadorias produzidas aqui eram vendidas para fora a um preço muito baixo, além de seu custo de produção ser mais caro, devido a nosso lento desenvolvimento tecnológico, insistência na manutenção do trabalho escravo e, posteriormente, o trabalho “livre”, ambos voltados principalmente à produção agropecuária e extrativa. Configura-se a partir daí uma relação estrutural de dependência entre os países centrais com os países periféricos.

Marini (2011, p. 134-135), em seu texto *Dialética da Dependência*, de 1973, aponta que a divisão internacional do trabalho configura uma relação de dependência, que pode ser compreendida como subordinação às nações que estavam à época já formalmente independentes, na qual as nações subordinadas têm em seu modo de produção de valor formas criadas e recriadas de modo a reproduzir a dependência amplamente. Isso significa que, no Brasil, não há um exercício pleno de soberania, já que nossa produção de mercadorias, exportação e importação estão submetidas às ordens das economias dos países do capitalismo central, e dessas condições derivam-se a superexploração da força de trabalho.

(...) a dependência não é só externa; é também condição interna que determina e satisfaz a burguesia dependente, a qual cria políticas de desenvolvimento do subdesenvolvimento, sendo caracterizada como lumpenburguesia. Assim, a lumpenburguesia para Frank (1978) é a própria caracterização da burguesia dependente, uma burguesia sem vocação nacional que, em sua concepção e estrutura, precisa manter o subdesenvolvimento para sobreviver como classe dominante. Nas vias do projeto imperialista, a lumpenburguesia é a sócia menor do capital estrangeiro, e para lhe atender *cria políticas, por meio do Estado, que sustentam as economias no lugar do subdesenvolvimento*. Isso é condição de existência para a burguesia dependente. (RIBEIRO, 2021, p. 389)

Nesse sentido, a teoria marxista da dependência aponta que há uma necessidade, que dura até hoje, que a burguesia nacional compense as suas perdas de lucro frente à burguesia internacional e esse mecanismo de compensação é executado diretamente nas condições de trabalho e no preço pago às(aos) trabalhadoras(es) nas economias dependentes. Para tanto, Marini (2011) identifica três meios pelos quais isso ocorre:

a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho (MARINI, 2011, p. 149)

Marisa Amaral (2020), contudo, reforça que a superexploração não pode ser compreendida apenas como *mais* exploração, no sentido de apenas compreendê-la como uma violação ao que é pago às trabalhadoras e aos trabalhadores⁶, mas sim a superexploração está intrinsecamente ligada à transferência de valor que ocorre dos países dependentes aos países centrais, como resposta a forma de concentração e centralização de riquezas postas pelo capitalismo. Portanto, as relações desiguais estabelecidas aqui, na particularidade latino-americana, são indissociáveis da reprodução geral do capitalismo mundial.

O subdesenvolvimento foi condição de existência e desenvolvimento do capitalismo monopolista no centro imperialista, gerando no continente latino-americano uma população trabalhadora alijada das relações de trabalho formais e regulamentadas. (RIBEIRO, 2021, p. 391)

Ao discorrerem sobre o Estado brasileiro dentro da dinâmica imperialista que leva à consolidação das políticas sociais no capitalismo de forma geral, Paiva, Rocha e Carraro (2010) apontam sobre as particularidades da formação sócio-histórica do Brasil nos marcos da colonização, cuja forma de trabalho tinha como principal força de trabalho o escravismo, e a regulação social era obtida a partir de formas extremas de violência, principalmente contra os corpos negros. Nesse sentido, Ribeiro (2010) enfoca na importância de compreender que a violência estatal no Brasil não ocorre apenas em períodos de exceção ou de contenções pontuais, mas é parte constitutiva do controle sobre a pobreza e da manutenção da propriedade privada.

No caso das mulheres, como parte das dinâmicas estabelecidas pelo patriarcado e pela divisão sexual do trabalho, a superexploração se apresenta com o agravo de sua

⁶ Cabe ressaltar também que a superexploração não está vinculada apenas às relações formais de trabalho, mas nas informais, considerando que no Brasil a maior parte da população, historicamente, não alcançou o mercado formal de trabalho, e no alto número de desempregados no país, já que essas parcelas da população nivelam o preço dos salários para baixo, de acordo com Amaral (2020). Carraro (2016) aponta que a não inserção no mercado formal é parte estruturante do capitalismo dependente, atravessando gerações de famílias trabalhadoras, o que demarca também a condição de superexploração.

responsabilização pelo ambiente doméstico, com menos que o mínimo necessário para garantir a reprodução minimamente digna da força de trabalho, além de estarem inseridas em empregos invisibilizados e ainda mais mal remunerados que dos homens (COSTA, 2019).

Behring e Boschetti (2009) irão apontar que a transição, no Brasil, do escravismo para o trabalho livre, ao longo do século XIX com o processo de independência e de fim formal do escravismo, realiza-se a partir da adequação do primeiro para o segundo, articulando o progresso do capitalismo liberal ao conservadorismo do período escravocrata. Abraça-se o liberalismo na formalidade, mas mantêm-se as práticas patrimonialistas cujos objetivos são garantir a manutenção do interesse das classes dominantes (Behring; Boschetti, 2009, p. 75).

No que tange às políticas sociais, as autoras destacam que, diferentemente dos países centrais, no século XIX não havia no Brasil lutas da classe operária como as vistas nos países centrais, não obstante as lutas das e dos escravizados no Brasil, cujas respostas eram a violenta repressão por parte do aparato policial do Estado.

Se a política social tem relação com a luta de classes, e considerando que o trabalho no Brasil, apesar de importantes momentos de radicalização, esteve atravessado pelas marcas do escravismo, pela informalidade e pela fragmentação/cooptação, e que as classes dominantes nunca tiveram compromissos democráticos e redistributivos, tem-se um cenário complexo para as lutas em defesa dos direitos de cidadania, que envolvem a constituição da política social (Behring; Boschetti, 2009, p. 79)

Dilceane Carraro (2016) corrobora essa perspectiva, demarcando a superexploração da força de trabalho como condicionante das diferenças de organização das lutas travadas no âmbito das relações capital-trabalho:

Os traços impressos pela superexploração da força de trabalho na vida do trabalhador latino-americano o deslocam sobremaneira do perfil generalizado de trabalhador industrial, tal qual pode-se verificar nos países desenvolvidos. Essa característica influenciará diretamente nos parâmetros de política social que encontrados no continente, que, ao contrário daquelas vinculadas a uma política de pleno emprego nos países centrais, constituída por meio dos conhecidos Estados de Bem-Estar Social, deu-se, historicamente, em conjuntos isolados de ações focalizadas e apenas isoladamente vinculadas às coberturas do direito ao trabalho (CARRARO, 2016, p. 37).

É importante, portanto, ter em vista que a construção das políticas sociais no país, devido ao seu caráter de economia dependente, foi e ainda é permeada não apenas das contradições presentes nas economias centrais, mas tem como contexto social, político e econômico a subordinação brasileira às agendas econômicas dos países centrais.

3.3.1 Assistência Social no Brasil: breve contextualização e o marco da Constituição Federal de 1988.

Historicamente, a assistência social foi vinculada às perspectivas da caridade, filantropia, voluntariado e ao primeiro-damismo. Cisne (2012) aponta, ao fazer um percurso histórico sobre o serviço social enquanto profissão que, até meados da década de 1930, a *questão social* era respondida a partir da intervenção policial e por instituições não vinculadas diretamente ao Estado, que a tratavam como problemas de conduta e/ou morais e prestavam serviços de caráter filantrópico e assistencialista, sendo que a principal instituição nesse caso era a Igreja Católica. Ainda, a assistência social e a profissionalização do Serviço Social têm uma relação extremamente próxima com as mulheres, visto que as qualidades tidas como femininas, a moral, o cuidado, o afeto e a compaixão, eram consideradas essenciais para o desenvolvimento dos trabalhos relacionados à caridade (CISNE, 2012).

Os marcos históricos centrais que comumente perpassam o histórico dessa política, de forma geral, abarcam o período Vargas, a Ditadura Militar e a Constituição Federal de 1988. O período Vargas é apontado como o início da assistência social organizada a partir do Estado, devido a fatores como a industrialização do país, o acirramento das demandas populares derivadas desse processo, o êxodo rural, entre outros, e tem como marcos a criação do Conselho Nacional de Serviço Social, em 1938, e da Legião Brasileira de Assistência, em 1942. A ditadura militar é marcada pelo tecnicismo de Estado e pela criação de instituições e legislações relacionadas ao controle da pobreza como forma de ampliar as bases populares do período ditatorial⁷. Embora esses períodos sejam de extrema importância para a compreensão da totalidade do desenvolvimento da Assistência Social enquanto política social, devido ao escopo e espaço para desenvolvimento deste trabalho, vamos nos ater à política a partir do período no qual ela foi consolidada como política pública, o que acontece a partir do contexto de mudanças do capitalismo, com a chegada do neoliberalismo, que levaram ao marco da Constituição Federal de 1988.

Após o período de ditadura militar (1964-1985) e como resultado, também, das lutas dos movimentos sociais do Brasil que se levantaram contra a repressão e exigiam mais direitos

⁷ Para um olhar destrinchado acerca desses períodos e o histórico da política da assistência social, ver Mestriner (2001), Behring e Boschetti (2009) e Netto (2005).

sociais e políticos, é promulgada a CF/88, a qual aponta novos caminhos no que diz respeito às políticas sociais, garantindo os direitos sociais como políticas de Estado.

Nesse sentido, é na CF/88 que a assistência social aparece como um direito no âmbito da seguridade social, sendo ofertada a quem dela necessitar. Estabelecem-se na seguridade social, além da assistência social, o caráter universal da saúde pública e o caráter contributivo da previdência social. Tatiana Brettas (2017) aponta que os avanços presentes na CF/88 foram conquistados sob o crescimento do ideário neoliberal, que se fortalecia globalmente como resposta às crises do capital enfrentadas principalmente nos anos 70, recompondo o poder da burguesia frente à perda histórica dos países socialistas nas disputas que derivaram da Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, a autora aponta que o texto constitucional que na teoria significava a garantia de um sistema de proteção não correspondeu à execução desse sistema, pois

por um lado, muitos dos avanços ficaram à mercê da aprovação de legislações complementares, por outro, a sua implementação requeria condições históricas e materiais que não estavam devidamente consolidadas. (BRETTAS, 2017, p. 59)

A regulamentação da assistência social, como exemplo da citação acima, só foi realizada em 1993, com a Lei Orgânica de Assistência Social, que institui a institui como

direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993)

Outras regulamentações da seguridade social também só foram promulgadas a partir dos anos 90, em um cenário de avanço do neoliberalismo nos países centrais, que ocasionou o desmonte das políticas sociais nesses países e, no Brasil, não um desmonte, pois ainda não existia um sistema concreto de seguridade social, mas a implementação recheada de contradições desse sistema, o que favoreceu a privatização das políticas sociais e a continuação de um histórico de assistencialismo e filantropia no que se refere à assistência social. Apenas em 1998 foi definida a Política de Assistência Social.

O quadro pós-CF 88 é de uma dinâmica extremamente contraditória. Ao mesmo tempo em que ganhou força o receituário neoliberal, foram implementadas – por meio de leis complementares e da criação de novos aparatos estatais – as definições da recém aprovada Constituição Federal. Vejamos alguns exemplos: a regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assim como do Sistema Único de Saúde (SUS) foi feita em 1990; a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi regulamentada em

1993 e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) somente em 2005; a lei que regulamenta os Planos de Benefícios da Previdência Social foi sancionada em 1991. (BRETTAS, 2017, p. 61)

Após a implementação da LOAS, a gestão de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), entre 1994 e 2002 deixou como herança de seu governo os discursos de combate à pobreza a partir do voluntariado e da solidariedade da sociedade civil. Tais discursos foram implementados a partir do Programa Comunidade Solidária, criado em 1995 por Ruth Cardoso, antropóloga, professora universitária e primeira-dama do governo FHC, o qual contava com a *junção de esforços* do Estado em parceria com a sociedade civil, responsabilizando a todos pelo enfrentamento à pobreza, o que acarretou na desresponsabilização estatal (SILVA, 2020).

Essa desresponsabilização do Estado se caracteriza pela sua retirada contínua da execução dos serviços sociais, deixando-se por conta do setor privado e/ou público-privado, como as ONGS, transferindo recursos e atribuições que seriam restritas à estrutura público-estatal para estes segmentos da sociedade. (SILVA, 2020, p. 2)

Além do Comunidade Solidária, o governo FHC criou outros programas de combate à pobreza e à fome, organizados de forma fragmentada e focalizada, tais como: Brasil Criança Cidadã; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Sentinela); Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), criado em 2001 e que posteriormente foi substituído pelo Bolsa Escola; Bolsa Alimentação, também implementado em 2001; e o Programa Auxílio Gás (SILVA, 2020, p. 3-4). Todos esses programas foram constituídos a partir da adesão do Brasil às agendas neoliberais de agências multilaterais como as do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, que continham proposições de soluções para a redução da extrema pobreza a partir de programas de transferência e, conseqüentemente, atribuíram um caráter focalista para as políticas sociais que começavam a ser instituídas no país⁸ após a redemocratização.

Nesse sentido, apesar do texto Constitucional de 88, o período que o segue vai na contramão de garantir seus princípios universalizantes, mantendo, apesar da criação de programas de assistência social e do suposto combate à pobreza, as tradições filantrópicas do país, assim como fortalecendo as raízes neoliberais do Estado que terceiriza suas responsabilidades em detrimento de garantir os direitos constitucionais em forma de políticas sociais organizadas, promovidas e ofertadas a partir da esfera pública e com qualidade.

⁸ Essa forma de construção das políticas sociais a partir da focalização na pobreza e nos programas de transferência de renda não ocorreu apenas no Brasil, mas em outros países da América Latina, conforme apontado por Aline Vitorino (2016)

O período que segue o de FHC trouxe consigo algumas mudanças no funcionamento da assistência social no Brasil, mas ainda imbuído das contradições próprias do capitalismo dependente e do Estado frente às expressões da questão social.

3.3.2 Política Nacional de Assistência Social no Brasil a partir de 2004

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) em sua atual configuração tomou forma no Brasil em 2004, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores - PT), que ficou no poder entre 2003 e 2010, um dos vários governos latino-americanos que, nesse período, encontravam-se no espectro mais progressista em relação às demandas da classe trabalhadora e que buscavam formas de enfrentamento à pobreza e desigualdade social. Destaca-se a importância do apoio popular da classe trabalhadora e às críticas realizadas pelo PT em relação ao capitalismo para início de sua ascensão, a partir dos anos 80, e sua posterior vitória e ocupação do poder executivo. O período dos governos do PT, desde a teoria da dependência, é compreendido como neodesenvolvimento, que Ana Elizabete Mota (2012) conceitua da seguinte forma:

Em linhas gerais, defendem o investimento em políticas sociais e educacionais como fatores estratégicos no sentido da inclusão social, da melhoria na distribuição de renda e da redução das desigualdades causadas pela globalização do mercado (MOTA, 2012, p. 6).

O neodesenvolvimentismo, de acordo com Mota (2012), emerge na economia e na política latino-americana como resposta ao avanço da austeridade neoliberal, que nos países centrais delimita-se desde os anos 1970 mas evidencia-se de forma mais demarcada nas economias periféricas a partir dos anos 1990, combinando a financeirização, o crescimento econômico e políticas sociais compensatórias (MOTA, 2012), conforme as apresentadas no período de FHC.

Nesse sentido, a perspectiva de governo do Partido dos Trabalhadores, à época, alinhou-se ao *crescimento econômico com desenvolvimento social* (MOTA, 2012), com a intervenção estatal como impulsionador deste processo, defendendo a ampliação das políticas sociais e educacionais como forma de inclusão social, de melhoria da distribuição de renda e de redução das desigualdades agudizadas a partir da globalização do mercado, criando meios de enfrentamento à pobreza e, portanto, focalizando-a como alvo das políticas sociais (MOTA, 2012).

Se por um lado o projeto político, econômico e social dos governos do Partido dos Trabalhadores partem da perspectiva retórica de enfrentamento ao neoliberalismo e realizam

esse enfrentamento a partir da intervenção do Estado como condutor econômico para o crescimento do país e combate à pobreza, por outro lado esse período é marcado também pela privatização de setores da reprodução da força de trabalho, como da política da educação, bem como da seguridade social, no que diz respeito à saúde e a previdência social, o que incentiva as(os) trabalhadoras(es) a retirarem parte de seus ganhos de trabalho, já reduzidos devido à dinâmica de superexploração, com outras despesas como pagamentos à planos de saúde e aposentadorias privadas (MOTA, 2007) ou que fiquem sem o acesso a alguns desses serviços.

Ao passo que mercantiliza e financeiriza as políticas sociais, ao mesmo tempo, o governo do PT tem como um de seus carros chefes a política de assistência social que, para Mota (2007), transforma essa política “num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social” (p. 129). Kilduff e Silva (2019) apontam:

(...) a política de assistência social passa a cada vez mais agir como mecanismo para lidar com a crescente pobreza absoluta, relativa, e ao desemprego estrutural. Com isso, ela é superdimensionada, assumindo a função de ser a principal estratégia de enfrentamento à desigualdade social, ainda que isso seja impossível via política social qualquer (KILDUFF, SILVA, 2019, p. 622)

Sobre a expansão da política de assistência social, Silva (2020) aponta que:

Essa expansão, na primeira década dos anos 2000, é marcada pela centralidade dos programas compensatórios de transferência de renda, que já vinha sendo gestada desde os anos 1990 no âmbito das reformas estruturais desembocadas sob o manto do neoliberalismo. Uma das injunções dessa opção de política social é a prevalência do corte seletivo e focalista, que consolida um modo particular de lidar com a pobreza, que se reduz a gerir as suas expressões mais drásticas. Assim, aludimos que este é dos ranços conservadores que atravessam, historicamente, a política de assistência social brasileira. (SILVA, 2020, p. 45)

Apesar das contradições do período e o contexto político e econômico do país que fortaleceu a política de assistência social, dentre às contradições citadas do período e da própria política social dentro do capitalismo em geral, é nos governos do PT que a assistência social do Brasil ganha novos fôlegos ao estabelecer novas orientações, especialmente a partir da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, como modelo de gestão descentralizado e participativo, o que permite aos governos que atuem de forma integrada com as diferentes políticas públicas, “assumindo compromissos de coresponsabilidade e co-financiamento no desenvolvimento de ações voltadas para a inclusão social e diminuição das desigualdades” (BOSCARI; SILVA, 2015, p. 115).

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação. (PNAS, 2004, p. 37)

Nesse sentido, o SUAS, com a intenção de romper com o assistencialismo histórico no Brasil, mesmo que dentre as contradições de sua implementação

define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas conforme aqui descritos:

- Matricialidade Sociofamiliar.
- Descentralização político-administrativa e Territorialização.
- Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil.
- Financiamento.
- Controle Social.
- O desafio da participação popular/cidadão usuário.
- A Política de Recursos Humanos.
- A Informação, o Monitoramento e a Avaliação (NOB/SUAS, 2005, p. 18)

Nas gestões do PT e com a reorganização da assistência social no Brasil, nasce, em 2003, o Bolsa Família (PBF)⁹, um dos principais programas desses governos, que condensou os programas existentes na era FHC, também com o objetivo de combate à pobreza a partir da inserção das cidadãs e cidadãos no mercado de consumo¹⁰, via redistribuição de renda. Um dos principais elementos do PBF foi que, vinculado ao CadÚnico¹¹, tinha como principais beneficiárias diretas as mulheres chefes de família o que, por um lado, auxiliou na garantia de

⁹ “O PBF expandiu-se rapidamente em seus primeiros anos. (...) o número de famílias beneficiárias saltou de cerca de 6 milhões em 2004 – em sua maior parte, herdadas dos programas precursores – para algo em torno de 11 milhões em 2006. A partir de então, a cobertura cresceu de forma mais gradual até atingir 14 milhões de famílias em 2014” (BRASIL, 2019, p. 11)

¹⁰ Sobre o incentivo ao consumo via políticas sociais, ver BRETTAS (2017), MOTA (2007; 2012); ROCHA (2017).

¹¹ O CadÚnico vincula cada domicílio a um responsável e os documentos os Decretos Presidenciais que o instituem dão preferência às mulheres para ocupar esse papel.

alguma renda para elas¹², mas, por outro lado, coincide com as expectativas geradas sobre as mulheres, principalmente mães, devido ao patriarcado e a divisão sexual do trabalho, pois os critérios de permanência do programa também pairavam sobre elas, conforme veremos adiante.

A partir da implementação do SUAS e da aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que é estruturada a rede de proteção social, organizando os serviços da assistência social por níveis de complexidade: proteção social básica e proteção social especial de média complexidade e alta complexidade, que serão discutidos posteriormente. Para além da proteção social, o SUAS também é organizado a partir da vigilância social e da defesa social e institucional¹³ (NOB/SUAS, 2005, p. 39-40).

Destaca-se, contudo, que a maior parte do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, responsável pela gestão da assistência social no país no período, era destinado ao PBF em detrimento dos serviços pelos quais a assistência era responsável¹⁴, o que gerou dificuldades, por exemplo, nas implementações de CRAS e CREAS e nos recursos necessários para as atividades desses serviços (SILVA, 2020, p.8), além de fortalecer a relação entre assistência social e o mercado de consumo:

a proteção social diz respeito às ações, institucionalizadas ou não, que visam a proteção do todo, ou determinada parte da sociedade, dos riscos naturais e/ou sociais que decorrem da vida em comunidade. Como mecanismos públicos, os sistemas de proteção social objetivam, também, regular as relações e as condições necessárias para o desenvolvimento da sociedade do trabalho (COUTO et al., 2012). Assim, considera-se que a Proteção Social é uma via de mão dupla, pois ela, ao mesmo tempo, visa à proteção dos sujeitos, mas, através de suas ações, permite [a eles] o acesso ao consumo, colaborando, então, para o acúmulo e manutenção do modo de produção capitalista. (DORNELES, 2016, p. 11-12)

¹² Sobre esse tema, o curta documentário *Severinas* (2013) apresenta a realidade de algumas mulheres beneficiárias do PBF no município de Guaribas/PI e seus relatos quanto ao impacto do programa em seus cotidianos.

¹³ A vigilância social “refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas”, com o objetivo de quantificar as situações de risco social e violações de direitos. (NOB/SUAS, 2005, p. 39). A defesa social e institucional refere-se à compreensão de que a proteção social deve ser disposta “de forma a garantir aos seus usuários o acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais e sua defesa” (NOB/SUAS, 2005, p. 40)

¹⁴ “A Assistência Social aumentou sua participação no orçamento da seguridade social quando evoluiu de 3,76% (2000) para 9,27% (2010). Em 2010, do montante de R\$ 39,1 bilhões liquidados na função 8 (assistência social) do orçamento, 39% estiveram sob a responsabilidade da Unidade Orçamentária (UO) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), sendo que 92% dos recursos foram destinados ao Programa Bolsa Família (PBF). Já na UO Fundo Nacional da Assistência Social (FNAS), que ficou responsável por 61% dos recursos da assistência social, 96% do orçamento foram liquidados no programa Proteção Social Básica, que é responsável pelo pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV).” (CAMPOS; FERRAZ, 2020, p. 18)

Carraro (2016) aponta que as classes dominantes capitalizam a assistência social, utilizando-a como meio de enfrentamento direto às desigualdades sociais a partir dos programas de transferência de renda como forma de não apenas tentar inserir suas(seus) usuárias(os) no mercado de consumo, mas principalmente de modo a invisibilizar a superexploração da força de trabalho e de ocultar a inviabilidade do direito ao trabalho nas economias dependentes. Nesse sentido, a assistência social não apenas é inserida como mediadora dos conflitos causados pela dinâmica capital-trabalho, como é permeada de um caráter ideológico e político que contraditoriamente perpetua o modo de produção capitalista.

Ainda sob o governo do PT, com gestão da presidenta Dilma Rousseff, primeira mulher eleita presidenta do país, em 2011 é criado o Programa Brasil Sem Miséria (PBSM), com três eixos principais:

um de garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza, com centralidade para o PBF; outro de acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e um terceiro de inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres (SILVA, 2020, p. 11)

Mendes (2020) considera que nesse período “o vetor assistencial do Estado aprofunda sua estratégia de focalização e “alívio à pobreza”, ao coadunar no PBSM, as diferentes estratégias de enfrentamento à pobreza, desenvolvidos e implementados ao longo dos Governos Lula.” (MENDES, 2020, p. 25).

O governo de Dilma Rousseff veio ao fim a partir de um golpe parlamentar, articulado pelos setores conservadores do Congresso brasileiro, resultando em seu impeachment. Não é possível deixar de destacar, tendo em vista o tema deste trabalho, que o golpe, para além de suas marcas conservadoras burguesas, também teve um caráter explicitamente misógino contra a presidenta, que ocorreu desde a negação à reivindicação de Dilma ao termo “presidenta”, com a utilização de um purismo linguístico injustificável; a associação de sua imagem como explosiva, nervosa, mal articulada, por parte da mídia; os questionamentos sobre sua sexualidade ou suposta falta de feminilidade, também por parte da mídia e setores políticos conservadores; até as formas como parte da sociedade civil reivindicava seu impeachment, com imagens que simulavam seu estupro, entre outras diversas violências de gênero que a ex-presidenta sofreu ao longo de seus mandatos.

Em que pese os avanços consideráveis no campo da redução da pobreza, com as políticas sociais adotadas, e em menor grau, das desigualdades, não é possível dizer o mesmo no que diz respeito ao crescimento econômico, que

seria essencial como sustentáculo para a continuidade de tais políticas. Portanto, rui-se também o acordo do Estado selado com as classes dominantes para sustentar as políticas de redistribuição, já que tais políticas envolvem custos que em tese seriam assumidos por um Estado com finanças fortalecidas, a partir do crescimento econômico, para bancar tais custos. (CAMPOS e FERRAZ, 2020, p. 16)

O golpe levou o vice-presidente Michel Temer (MDB) ao poder em 2016, o qual iniciou uma agenda política de retrocessos no que diz respeito aos direitos sociais, especialmente quanto aos recursos públicos, tendo em vista que em seu governo foi aprovada a Emenda Constitucional 95 que congelou o teto de gastos do orçamento público pelos próximos 20 anos, ofensiva aos parcos direitos conquistados e resposta aos setores burgueses e conservadores aos anos de gestão dos governos petista que, dentre suas contradições, colocaram diversas pautas populares em discussões, sendo que muitas delas se transformaram em políticas públicas¹⁵.

O BPC e o Bolsa Família não puderam avançar em termos de capilaridade frente os sumários cortes orçamentários anunciados desde a EC n. 95 de 2016. Institui explicitamente um contexto neoconservador no qual os usuários da PNAS são amplamente atingidos, criminalizados e responsabilizados por sua situação de pobreza e por possíveis desvios na implementação dos programas sociais a eles destinados. As chamadas operações pente fino são prova cabal desse projeto neoconservador. Para Silva et al. (2019) “[...] impõem-se um projeto societário, cujo objetivo foi romper com o pacto de conciliação de classes, instituídos pelos governos petistas de Lula e Dilma (2003-2016)” (SILVA, 2019, p. 299). (CAMPOS e FERRAZ, 2020, p. 20)

Além disso, no campo da assistência social, Temer instituiu o Programa Criança Feliz a partir de decreto logo após sua entrada ao poder, como tentativa de driblar sua impopularidade e que tinha como objetivo fornecer uma “espécie de capacitação” (Silva, 2020, p. 14) para os cuidados de crianças e tinha em seu público-alvo famílias beneficiárias do PBF, além de ter como embaixadora a primeira-dama, Marcela Temer. Silva (2020) aponta a regressão histórica que esse programa promoveu, devido ao seu caráter focalista e o retorno ao primeiro-damismo. O programa foi extinto em 2018.

Após a gestão de Temer¹⁶, encerrada ao final de 2018, a agenda conservadora no Brasil agudizou-se a partir do período que Jair Bolsonaro (PSL à época em que foi eleito e atualmente PL) assumiu a presidência, em janeiro de 2019 o qual, aliado ao ministro da

¹⁵ A exemplo disso estão o Minha Casa, Minha Vida, PROUNI, a legislação de cotas para o ensino superior em instituições públicas, o Programa Fome Zero, a Lei Maria da Penha, entre outros.

¹⁶ O governo de Michel Temer deixou outras heranças amargas no que tange às políticas públicas, tais como a Reforma Trabalhista de 2017; a Reforma do Ensino Médio; a Lei da Terceirização, entre outras.

economia Paulo Guedes, continuou e aprofundou a agenda neoliberal já vista com Temer, agora com o aumento das privatizações de estatais e cortes ainda maiores no orçamento das políticas sociais¹⁷, regados com discursos de incentivo à militarização, ataques às instituições democráticas (mesmo dentre suas fragilidades no capitalismo) e as minorias sociais, como as mulheres, população negra, LGBTQIAP+ e indígenas.

Apesar de, ao longo de sua carreira enquanto deputado federal, Jair Bolsonaro ter feito diversas críticas ao PBF e sustentado a teoria de que era um programa feito para controlar pobres e mantê-los sob o cabresto do Estado, em seu governo, o futuro ex-presidente utilizou da assistência social para ganhar popularidade, mas desmontando o PBF e criando um novo programa de transferência de renda, o Auxílio Brasil.

O esgotamento da tímida estrutura de assistência social construída entre 2004 e 2014 é um elemento importante para pensar as formas que o Estado dependente e periférico brasileiro, assentados no conservadorismo e na ofensiva ultraliberal, vai imprimindo no tocante às estratégias de intervenção sobre a questão social e aos mecanismos de reprodução da força de trabalho, dos quais se destaca a política de assistência social. (SILVA, p. 34, 2020)

O século XXI no Brasil, portanto, passou por muitas mudanças no que diz respeito à assistência social, que ainda é uma política pública muito recente se se considera o marco da CF/88. Nesse sentido, considerando as dinâmicas particulares do capitalismo dependente no Brasil, suas raízes patriarcais e racistas que se materializam, dentre outras formas, na superexploração e na divisão sexual do trabalho, seria ingênuo assumir que esses fatores não estariam espelhados em alguma medida na construção e execução das políticas sociais aqui. Tendo em vista esse panorama, propomos a seguir a reflexão sobre alguns dos aspectos da PNAS/2004 que tendem à reprodução dessas dinâmicas supracitadas: o eixo de matricialidade sociofamiliar e a perspectiva do cuidado dentro dessa política.

¹⁷ “No que tange a assistência social, o quadro de expropriação também foi substantivo. O Bolsa Família teve em 2017 o menor número de beneficiários (TAJRA, 2020), contemplando 12,7 milhões de famílias, perdendo apenas para o ano de 2019, que registrou 13,1 milhões de famílias. O Minha Casa Minha Vida também teve seus recursos reduzidos, em 2017, 72,5% da meta da construção de moradias foram alcançadas (LUGARIN, 2020). Em 2019 essa redução é mais expressiva, quando foi disponibilizado R\$ 4,4 bilhões, o menor orçamento da história do programa.” (CORTÊS, 2021, p. 75)

4. CUIDADOS, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E FAMÍLIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.1 A FAMÍLIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: O EIXO DE MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR COMO EXPRESSÃO DA RESPONSABILIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS POR PARTE DO ESTADO

Frente ao exposto ao longo deste trabalho, reservamos este capítulo para propor uma articulação entre os tópicos discutidos até agora, apresentando a conexão entre a PNAS e a família, levando em consideração a discussão acerca da divisão sexual do trabalho. Em 1993, a regulamentação da assistência social a partir da LOAS trouxe consigo o elemento central da intervenção da assistência: a família. A partir da implementação do SUAS em 2005, a relação entre família e política social tornou-se ainda mais próxima, devido às diretrizes norteadoras do sistema e à estruturação da rede de proteção social.

No sistema de proteção social dentro da PNAS/2004, a atenção básica vincula-se à questão de prevenção de situações de vulnerabilidade social a partir do acompanhamento às famílias e indivíduos Proteção e Atendimento a Indivíduos e Famílias (PAIF) e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), entre outros, serviços ofertados no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). A proteção social especial de média complexidade direciona-se às famílias e indivíduos que estão em situações de violência e violação de direitos a partir dos serviços ofertados no Centro de Referência Especializado em Assistência Social, como o serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Indivíduos e Famílias (PAEFI), com os objetivos de evitar a reincidência nessas situações também a partir da atuação no fortalecimento e reconstrução de vínculos familiares. Já a proteção social especial de alta complexidade está direcionada a pessoas cujos vínculos familiares e comunitários estejam rompidos e garantem proteção integral com moradia, alimentação, higiene e outras necessidades básicas.

Na PNAS/2004, a proteção social é compreendida como um:

conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional. (BRASIL, 2005, p 91)

No que tange aos serviços socioassistenciais, a proteção social engloba:

segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia: através de benefícios continuados e eventuais que assegurem: proteção social básica a idosos e pessoas com deficiência sem fonte de renda e sustento; pessoas e

famílias vítimas de calamidades e emergências; situações de forte fragilidade pessoal e familiar, em especial às mulheres chefes de família e seus filhos; segurança de convívio ou vivência familiar: através de ações, cuidados e serviços que restabeleçam vínculos pessoais, familiares, de vizinhança, de segmento social, mediante a oferta de experiências socioeducativas, lúdicas, socioculturais, desenvolvidas em rede de núcleos socioeducativos e de convivência para os diversos ciclos de vida, suas características e necessidades;

segurança de acolhida: através de ações, cuidados, serviços e projetos operados em rede com unidade de porta de entrada destinada a proteger e recuperar as situações de abandono e isolamento de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, restaurando sua autonomia, capacidade de convívio e protagonismo mediante a oferta de condições materiais de abrigo, repouso, alimentação, higienização, vestuário e aquisições pessoais desenvolvidas através de acesso às ações socioeducativas. (BRASIL, 2005, p. 40)

Segundo a PNAS/2004, o eixo de matricialidade sociofamiliar refere-se “à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social” (BRASIL, 2005, p.40).

É possível perceber, então, que dentro da PNAS/2004, da organização dos serviços a partir do SUAS e na própria concepção de proteção social exposta acima, a família aparece como parte chave na compreensão do que é segurança social dentro do capitalismo e apresenta-se “como objeto, sujeito e instrumento das políticas públicas” (TEIXEIRA, 2015, p. 211).

A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social. (BRASIL, 2005, p. 39)

A atenção privilegiada às famílias no âmbito da assistência social representou um avanço para a política, dado que o histórico da assistência no Brasil era o da intervenção segmentada por grupos e focalizadas em indivíduos (PASSOS et al, 2018). Nesse sentido, a PNAS/2004 orienta que, em sua execução, as famílias sejam atendidas de forma a compreender a particularidade dos indivíduos dentro de cada núcleo familiar, bem como o seu cotidiano deve ser levado em conta:

(...) a construção da política pública de assistência social precisa levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família. A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das

pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem. (BRASIL, 2005, p. 16)

O eixo de matricialidade sociofamiliar, portanto, apresenta-se como importante estratégia contra a setorialização, a segmentação e a fragmentação dos atendimentos promovidos pela assistência social, pois aborda as famílias de forma coletiva e levando em conta seus contextos sociais e locais (TEIXEIRA, 2009).

Apesar dos avanços postos, o eixo de matricialidade sociofamiliar é bastante controverso no campo de análises do Serviço Social, seja em sua concepção dentro da própria política ou ainda na perspectiva da relação entre o Estado e a classe trabalhadora.

Mioto (2009) aponta que dentro do modo de produção capitalista, a partir da consolidação das famílias como âmbito privado e da forma que se organizam os papéis dos homens e das mulheres em suas funções referentes ao lar, a família tornou-se o espaço *natural* da proteção social, sendo que seu poder aquisitivo seria fundamental para estabelecer a forma que cada família estabelece suas relações com sociedade e Estado.

A consolidação da família como instância privada, com uma clara divisão de papéis entre homens e mulheres, e do indivíduo (homem e trabalhador assalariado) responsável moral pela provisão familiar, instaura o reinado da família como fonte de proteção por excelência. (...) Essa nova configuração trouxe desdobramentos importantes no contexto das relações sociais, e dentre eles destacam-se o processo de transferência para o interior das famílias de problemas e conflitos gerados no âmbito das relações de produção e a cruzada para a inculcação do ideal de uma nova família com funções e papéis claramente definidos. (MIOTO, 2009, p. 132)

Nesse sentido, para a autora, as famílias trazem para dentro de seus lares os frutos das violências criadas no âmbito das relações de produção, mas que no espaço privado são manifestados como algo próprio de cada situação familiar, como problemas próprios de cada núcleo familiar. Nessa perspectiva, uma das críticas encontradas ao longo desta pesquisa à PNAS/2004, é que seu enfoque no cotidiano das famílias possibilita uma desvinculação dos problemas estruturais ocasionados pelo capitalismo, passando-os apenas à esfera privada e individual de cada sujeito atendido pela política (MAURIEL, 2010), favorecendo uma compreensão de que é possível superar as expressões da questão social por meio da família (MARQUES, 2014). Portanto, a despeito da ênfase sobre seus cotidianos e realidade sociocultural, na execução da PNAS/2004

parte-se sempre do pressuposto de um papel ideal e universal da família, aquele protetivo (das funções especializadas na formação da personalidade, educação e socialização, tal como definidas por Parsons, como típicas da família nuclear), que a caracteriza e que deve ser desempenhado

independentemente dos seus formatos, das condições de vida e acesso aos serviços sociais. (TEIXEIRA, 2009, 259)

Mioto (2009) aponta que em países como o Brasil, a proteção social é de caráter familista, ou seja, as famílias são as principais responsáveis por prover a proteção aos seus membros, garantindo sua reprodução, e o Estado intervém quando a família apresenta seu fracasso frente a essa função. Mioto (2015) analisa que essa forma de proteção social garante a perpetuação da ideia de que as questões de cuidados familiares pertencem apenas ao campo doméstico, o que agudiza as desigualdades de classe e sexo, e, ao mesmo tempo, afasta ainda mais as políticas sociais de terem coberturas amplas e universais, abarcando as demandas familiares a partir de investimentos nas estruturas estatais de acolhimento e acompanhamento. Julgam-se, portanto, as condições de vida das pessoas em detrimento de olhá-los como sujeitos de direito (PASSOS et al, 2018)

A novidade na conformação atual dos sistemas de proteção social é a legitimação e legalização da responsabilidade familiar. O que já ocorria na esfera informal, movida pelos laços afetivos de solidariedade e cooperação viraram obrigações formais, passíveis de ser reclamadas judicialmente, com punição às famílias. Mas quem pune o poder público por não garantir condições dignas e às vezes mínimas de vida capazes de evitar as rupturas familiares, as violações de direito e as violências? (TEIXEIRA, 2015, p. 217)

A família, como falamos anteriormente, apresenta-se como local privilegiado da atuação profissional da assistência social e isso pode ser evidenciado, por exemplo, a partir dos programas de transferência de renda, que em seus parâmetros de entrada tem a renda e a composição familiar. O BPC, por exemplo, é garantido a idosos e pessoas com deficiência apenas sob comprovação de que esses grupos não podem prover para si mesmos, tampouco suas famílias podem prover para eles. Programas como o antigo Bolsa Família também apresentam a renda como critério de entrada, bem como responsabiliza a família, e particularmente as mulheres, no que se refere às condicionalidades para permanência:

Ao passar a receber benefícios da assistência social, em muitos casos constando da mulher sozinha, a família passou a ser condicionada, e ainda mais responsabilizada, leia-se cobrada, por certas obrigações definidas administrativamente em torno da educação e saúde dos filhos, sob pena de perder o subsídio. (CAMPOS, 2015, p. 33)

A política da assistência não é omissa no que diz respeito à compreensão das famílias como possíveis espaços de violação de direitos, contudo, Teixeira (2009) aponta que, na execução da proteção social, a família é compreendida como cuidadora, de forma naturalizada, e é comumente mais culpabilizada pelas situações de risco social e vulnerabilidade nas quais se encontram do que compreendida como espaço que deve ser fortalecido a partir de estratégias de intervenção que permitam-se ir além das formas tradicionais de compreensão de família sob o capitalismo.

Conceitualmente, não se tem centralidade na família para independentizar os indivíduos e a família de papéis tradicionais, criando, em função disso, uma rede de serviços públicos que geram autonomização de seus membros, da vizinhança, da parentela, inclusive com serviços domiciliares de cuidados e socialização de crianças, adolescentes, jovens e idosos – membros que requerem maior atenção dos familiares e demandam mais cuidados – para diminuir a carga horária de trabalho doméstico das mulheres. Antes, ao contrário, fornecem serviços para reforçar as tradicionais funções da família, de proteção social, aumentando a dependência dos indivíduos da família e exigindo-se delas mais responsabilidades e serviços, como condição para poder ter acesso a algum benefício ou serviço público; responsabilidades que, geralmente, recaem sobre as mulheres. (TEIXEIRA, 2009, p. 259)

Ainda, quando pensada sob a perspectiva específica do capitalismo periférico, dadas as desigualdades sociais e a condição de superexploração da força de trabalho nas quais as famílias se encontram, Carraro (2016) pontua que o modelo de família desejado pelo Estado esbarra nas dificuldades de desenvolvimento e reprodução de si próprias, pois muitas não conseguem garantir sua manutenção “sem recorrer aos mínimos sociais ofertados pelo Estado” (CARRARO, 2016, p. 188). A autora aponta também que há um ciclo vicioso entre a política social que é direcionada às famílias pobres, por não conseguirem manter as condições de vida de suas e seus membros, ao mesmo passo que exige das famílias que se autocolaborem e autogestionem de forma a sair de suas condições de vulnerabilidade:

Constituir uma política pública ou um sistema de proteção social centrado em uma matriz que se refere, sobretudo, à regulação privada da vida social, o caráter público da proteção social enquanto um mecanismo do Estado, além de condenado à fragilidade, está condicionado explicitamente a um papel ideologizante sobre o papel das famílias, longe daquele que a insere no âmbito da atenção às necessidades sociais coletivas das massas (CARRARO, 2016, p. 190).

Outro fator predominante nas críticas encontradas ao eixo de matricialidade sociofamiliar e da naturalização da família como entidade cuidadora é a responsabilização das

mulheres das famílias no que tange à proteção social, consequência dos papéis de gênero naturalizados devido ao patriarcado. Na política pública, portanto, cabe às mães, avós, tias, mulheres chefes de família no geral, ocuparem-se tanto de suas jornadas de trabalho quanto da administração doméstica, o que inclui a procura pelos serviços da assistência social. Nesse sentido, as mulheres das famílias ficam responsáveis pelos cuidados de seus núcleos familiares e são braço fundamental para a proteção social dentro do capitalismo dependente.

4. 2 APONTAMENTOS SOBRE O CUIDADO NO CAPITALISMO

Pensando a família como central para a manutenção de suas condições de vida frente a seus quadros de pobreza e vulnerabilidade, propomos um olhar sobre o *cuidado* e sua relevância para a manutenção do modo de produção capitalista, especialmente no que diz respeito à apropriação do tempo das mulheres para a sustentação do sistema, intrinsecamente ligado à relação entre trabalho e reprodução das relações sociais.

Conforme discutido neste trabalho, o trabalho é primordial para a compreensão dos seres sociais e do desenvolvimento da sociedade, pois é a partir dele que o ser humano muda a si mesmo, muda a relação entre pessoas, bem como a natureza. É a partir do trabalho que são supridas as necessidades básicas da existência humana. No capitalismo, o trabalho humano é apropriado e mercantilizado pelas classes dominantes a partir da exploração da força de trabalho. No capitalismo dependente, a superexploração da força de trabalho demarca essa mercantilização.

Ao abordar a categoria cuidado, Passos (2016a; 2016b; 2017; 2020) parte das discussões elaboradas por Marx e Engels sobre a centralidade do trabalho para a reprodução social dos seres sociais, apontando que, conforme se desenvolveram as forças produtivas e as relações entre pessoas, as necessidades sociais também se desenvolvem e se alteram, o que constitui o movimento da história. A autora aponta que para que os seres sociais possam fazer com que a história se mova, antes, é preciso que as necessidades básicas de cada pessoa, como a alimentação, o vestir, o morar, entre outras, estejam supridas e esse feito não se relaciona apenas com o nível físico de reprodução, mas também demarca os modos de vida dos sujeitos, dadas as formas que se compreendem essas necessidades e como são supridas em cada tempo histórico.

A partir dessa reflexão, Passos (2016b) compreende o cuidado nas seguintes perspectivas:

Pensar o cuidado enquanto resultado da coexistência de trabalho e relações sociais possibilita-nos apontar as seguintes questões: 1) Enquanto procriação, existe a necessidade de se pensar a sobrevivência dos indivíduos que não podem executar o trabalho para satisfazer as suas necessidades ontológicas primárias; logo, é preciso que um outro trabalhe para satisfazê-los; 2) Enquanto relação social será determinado como, por quem, onde e de que forma o cuidado deve ser executado. Logo, resulta de determinadas necessidades sociais estipuladas a partir do desenvolvimento da sociabilidade e das forças produtivas. (PASSOS, 2016b, p. 285-286)

O cuidado, seguindo o raciocínio da autora, é uma necessidade das pessoas para garantir suas existências, é determinado socialmente e, por ser determinado socialmente, está inserido na dinâmica das relações sociais de forma geral. Como a forma de organização da vida social está marcada pelo modo de produção capitalista, as atividades que englobam o cuidado estão inseridas nas relações que são estabelecidas entre trabalho produtivo e reprodutivo e, por essa organização ter como um de seus fundamentos o patriarcado e a divisão sexual do trabalho, as atividades do cuidados são: i) atreladas ao espaço privado/doméstico e relacionados ao feminino; ii) por serem relacionadas ao feminino, são invisibilizadas e subalternizadas. No contexto brasileiro de superexploração da força de trabalho, o cuidado se torna mais uma das formas de expropriação do tempo feminino desvalorizado, agudizando as desigualdades assinaladas ao longo deste trabalho.

Nas discussões teóricas que abordam o tema do trabalho de cuidados, ou *care*¹⁸, e do trabalho doméstico, Passos (2016a) aponta que são comuns as discussões que confundem essas duas categorias, tratando-as como se fossem equivalentes. A defesa da autora, contudo, é que o cuidado e o trabalho doméstico, apesar de se mesclarem em algumas de suas formas, são essencialmente diferentes. Nesse sentido, ela aponta que o cuidado é uma relação cooperativa entre quem cuida e quem é cuidado, estabelecendo-se em uma ligação direta entre esses sujeitos, em atividades como a amamentação, alimentação, dar banho, entre outras. O cuidado, apesar de iniciar nas necessidades básicas de reprodução, expande-se também para acompanhamento de atividades de lazer e acompanhamento em consultas médicas, por exemplo. O trabalho doméstico, por outro lado, está relacionado com a dimensão organizadora do ambiente privado, com atividades como cozinhar, arrumar a casa, lavar roupas, etc.

¹⁸ Passos (2020) utiliza o *care* de forma intercalada com trabalho de cuidados, demarcando o uso dessa categoria a partir dos estudos feministas que abordam o cuidado como atividade atrelada à suposta essência feminina, inserindo-o dentro da divisão social, sexual e racial do trabalho.

A demarcação que Passos (2016a) coloca o cuidado como essencial para suprir necessidades primárias principalmente de grupos de pessoas que não conseguem provê-las de forma autônoma, devido à idade, o que engloba a infância e a velhice, por adoecimento temporário, crônico e degenerativo, alguns casos de pessoas com deficiência, pessoas em sofrimento psíquico grave, acamados, entre outras limitações. Essa dinâmica gera uma relação de dependência entre cuidadoras(es) e quem é cuidada(o) e, sob as estruturas capitalistas patriarcais, aquilo que é uma necessidade dos sujeitos e parte das relações sociais de interdependência, acaba se tornando uma responsabilidade atribuída às mulheres, o que torna o cuidado uma atividade que deve ser aprendida e reproduzida por elas (PASSOS, 2017).

O *care*, dessa forma, é um componente do trabalho reprodutivo que não equivale ao trabalho doméstico, mas é geralmente executada junto com outras atividades domésticas -- razão pela qual a linha que separa o *care* e o trabalho doméstico não é tão clara. O trabalho de *care* envolve serviços pessoais para outrem: atividades que se voltam para as necessidades físicas, intelectuais, afetivas e para outras demandas emocionais de cônjuges, filhos, pessoas idosas, doentes ou com deficiências. Isso inclui tarefas da vida cotidiana, abarcando a manutenção da casa (cozinhar, limpar, lavar e mesmo fazer compras) e a existência pessoal (dar banho, alimentar, acompanhar, transportar)” (BORIS, 2014, p. 103 apud PASSOS, 2016a, p. 77, grifos de Passos)

A distância entre o *care* e o trabalho doméstico ocorre, então, na perspectiva que, enquanto o *care* necessariamente é uma atividade executada por terceiros, comumente membros da família daquelas(es) que precisam dos cuidados, já o trabalho doméstico *pode* ser executado por terceiros, mas isso não é uma obrigação, senão que uma atribuição demarcada socialmente. Ambos os trabalhos, contudo, conforme já frisado, são atribuídos historicamente às mulheres. Nesse sentido, Flávia Biroli (2018) demarca a relação entre cuidado e a divisão sexual do trabalho, considerando que

1) cuidar exige tempo e energia, retirados do exercício de outros trabalhos, assim como do descanso e do lazer; 2) A grade de valorização (simbólica e material) das ocupações é determinante na precarização do trabalho de quem cuida e na vulnerabilidade de quem precisa de cuidado; 3) os padrões de organização e (des)regulação das relações de trabalho incidem diretamente sobre as relações de cuidado, podendo favorecer ou dificultar a tarefa de cuidarmos uns/umas dos outros/as (BIROLI, 2018, p. 57).

Pensando no contexto de superexploração da força de trabalho vivenciado no Brasil, torna-se necessário refletir sobre as condições que as pessoas que cuidam estão executando essas tarefas, já que se os mecanismos da superexploração incluem a baixa remuneração relacionada ao tempo de trabalho necessário e, conseqüentemente, de reprodução da força de

trabalho. Portanto, o *care* ligado ao espaço doméstico e ao trabalho feminino também é um campo de desvalorização de valor da força de trabalho e de desoneração do Estado dependente quanto a garantia de estruturas que tenham como objetivo suprir as demandas necessárias tanto por quem é cuidado, quanto por quem cuida.

Nesse sentido, o estudo intitulado “Cuidadores do Brasil” (2020), realizado pelo *Instituto Lado a Lado pela Vida*, aponta que dentre as(os) 2.047 pessoas entrevistadas(os) que executam atividades de cuidado a algum membro de suas famílias, 45% realizam as atividades de cuidado de forma parcial e 39% de forma integral (8h por dia ou mais). Ainda, o estudo apontou que 34% das(os) cuidadoras(es) não revezam as atividades de cuidado e 47% revezam, mas com membros da própria família. 83% das(os) entrevistadas(os) não realizam as atividades de cuidado de forma remunerada. O estudo também corrobora as afirmações desenvolvidas ao longo deste trabalho quanto à responsabilização das mulheres nessa área, apontando-as como 83% das principais encarregadas pelo cuidado de familiares. Nesse estudo, os principais sujeitos cuidados eram idosas(os).

Os cuidados, na maioria das vezes, também envolvem relações interpessoais ou afetivas, o que resulta num dever ou obrigação de quem cuida, sem que seja problematizada a alocação desigual das responsabilidades no acesso ao cuidado. Nessa temática, o problema da extração do tempo e de energia de quem cuida, majoritariamente mulheres, assim como, a desvalorização do trabalho cotidiano, não é levado ao debate público, representando obstáculos para a autonomia das mulheres. (SILVA; PARRIÃO, 2020, p. 1490)

Cabe frisar, ainda, que alguns sujeitos dos grupos demarcados como dependentes por Passos (2016), como as (os) idosas (os) e pessoas com deficiência, não podem ser associados de forma imediata com a incapacidade de prover cuidados para si. Contudo, para que esses grupos possam ter qualidade de vida ligada à autonomia, são necessárias políticas públicas direcionadas a eles, ao longo de suas vidas, que garantam que suas experiências ocorram de formas saudáveis e com condições adequadas para que alcancem alguns níveis de independência, conforme analisado por Muller e Moser (2020). Portanto, as condições de dependência desses sujeitos também são demarcadas pelos contextos sociais e econômicos nos quais esses grupos estão inseridos.

(...) ao tratarem de cuidado, as autoras [OROZCO; GIL, 2011] apresentam quatro critérios que propõe dar um sentido concreto ao *care*: o primeiro destaca a importância de recuperar, no processo histórico, os postos de trabalho que foram invisibilizados conceitualmente e analiticamente e que encontram-se atrelados ao espaço doméstico. O segundo ponto diz respeito à adoção de um modelo essencialista de cuidados enquanto característica inerente às mulheres, o que impede a compreensão dos cuidados em um

cenário mais amplo das relações de gênero nos distintos contextos sociais. O terceiro ponto, trata de uma ideia de cuidados ligada à gestão da vida cotidiana que possibilite dar continuidade aos projetos pessoais. Por fim, o último ponto assinala que é preciso levar em consideração os contextos em que estão inseridos os sujeitos que necessitam de cuidados e aqueles que executam o trabalho de *care*, portanto, tudo isso atrela-se ao gênero, classe, origem, etnia, etc.” (PASSOS, 2016, p. 43-44)

Outro fator que deve ser considerado no que diz respeito àquelas(es) que realizam o *care* é o impacto na saúde mental que realizar essas atividades cotidianamente pode ter. Nesse sentido, o estudo “Cuidadores do Brasil” aponta que 50% das(os) entrevistadas(os) já pensaram em algum momento em desistir de exercer o *care* por esgotamento mental e 49% por sentirem que estavam abdicando das próprias vidas em prol da realização do trabalho de cuidado. Ainda, 73% dos familiares apontaram que essas atividades causam estresse emocional, 33% apontaram a insônia como consequência das atividades de cuidado, além de problemas físicos de saúde como dores de cabeça e nas costas, 18% e 31%, respectivamente. A naturalização do *care* como obrigação familiar, portanto, tem consequências concretas nos cotidianos dessas famílias, que já são perpassadas pela condição de superexploração, e atravessa também a subjetividade das pessoas que cuidam.

a questão do cuidado expressa os próprios limites das sociedades capitalistas em relação à sustentabilidade da vida humana, tendo em vista que a vida e as necessidades humanas não são preocupações centrais da ordem capitalista. (DAL PRÁ; MIOTO; WIESE, 2018, p. 3)

O campo de discussão sobre os cuidados no capitalismo é essencial para pensar a ampliação das políticas sociais que abarquem o campo das necessidades básicas de reprodução dos sujeitos, assim como diminuam o peso da responsabilização das famílias e, principalmente, das mulheres quanto a essa atividade. Compreender o cuidado como necessidade ontológica das pessoas e que todas e todos estão passíveis de estarem em uma relação de dependência em algum momento da vida tira a discussão sobre o cuidado do âmbito individual e familiar e o passa para o espaço de reivindicação política e pública, apreendendo-o como direito humano.

4.3 CUIDADO NA PNAS/2004: A RESPONSABILIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS E DAS MULHERES NA POLÍTICA SOCIAL

A palavra cuidado aparece algumas vezes ao longo do texto da PNAS/2004, relacionada principalmente à proteção social de média e alta complexidade. Em nenhuma destas

vezes, contudo, a palavra é acompanhada de alguma significação teórica daquilo que ela representa no âmbito da proteção social ou das famílias, pois, conforme discutido anteriormente, a tendência da política social de caráter familista é atribuir às famílias a responsabilidade de proteção social de forma naturalizada.

Na política de assistência social também temos identificado a crescente apropriação da categoria cuidado, só que de forma muito mais esvaziada de qualquer fundamento teórico. Esse esvaziamento está vinculado à centralidade da família nessa política. É preciso destacar que a família vem sendo pensada pelo Estado a partir do parâmetro da divisão sexual do trabalho, apresentando uma enorme cisão entre a esfera produtiva e a reprodutiva, e centrada em atribuições e atividades vinculadas à essencialização e à generificação dos sexos masculino e feminino. Logo, as responsabilidades que deveriam ser assumidas pelo Estado acabam sendo transferidas para as famílias, principalmente no que diz respeito à superação das sequelas da questão social (SILVA; TAVARES, 2015). (PASSOS, 2017, p. 248)

Passos (2017) traz essa discussão para o âmbito da política de assistência social a partir da compreensão que o cuidado é parte da proteção social e, portanto, deve ser incluído nos espaços de discussões de construção de políticas públicas, enfatizando que, considerando os apontamentos críticos sobre o eixo de matricialidade sociofamiliar na assistência social, as famílias não podem ser compreendidas apenas como cuidadoras, mas espaços que devem ser cuidados. A autora, portanto, reivindica uma maior presença do Estado na prestação de serviços que correspondam às necessidades básicas dos sujeitos, principalmente quando pensamos nas famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social, que são os públicos mais atendidos dentro desta política (PASSOS, 2017; 2020).

A autora apresenta, nessa perspectiva, o *care* social enquanto categoria para pensar os trabalhos desenvolvidos a partir do Estado para responder às demandas de cuidados, como meios de atender às necessidades específicas dos segmentos que estão inseridos em relações dependência, como às(aos) que exercem as atividades do cuidado no ambiente doméstico, na intencionalidade de diminuir as cargas físicas, emocionais, de tempo, dessas(es) cuidadoras(es). Passos (2020), a partir de Zola (2016), aponta que no que tange ao *care* social, algumas das estratégias que podem ser pensadas no âmbito da política de assistência social incluem modalidades de repasses financeiros que estejam direcionados especificamente às demandas do cuidado e a ampliação nos quadros públicos de profissionais cuidadoras e cuidadores sociais que desempenhem as funções dos cuidados (ZOLA apud PASSOS, 2016, p. 234) aponta que

o cuidar está relacionado a demandas societárias e a práticas pertinentes e de responsabilidade das políticas públicas, como cuidar da saúde, educação, de serviços ligados à proteção e ao bem-estar social (PASSOS, 2020, p. 13)

Nesse sentido, partindo das contribuições de Miotto (2009) sobre o familismo das políticas de assistência social no Brasil, é possível apontar também o caminho inverso da lógica familista: segundo a autora, nos países cujas experiências sociais permitiram a construção de políticas sociais com caráter de desfamíliação, as relações sociais são construídas de formas que desobrigam as mulheres de cumprir integralmente com as atividades de cuidados, pois o Estado fornece mais serviços públicos relacionados a essa esfera, como creches, lavanderias, restaurantes públicos, entre outros. A autora aponta como exemplo disso a experiência dos países escandinavos, nos quais as políticas sociais têm como objetivo “socializar antecipadamente os custos enfrentados pela família, sem esperar que sua capacidade se esgote” (MIOTTO, 2009, p. 136).

Ariane Rego de Paiva (2020) apresenta a construção do cuidado dentro da PNAS/2004 a partir da estruturação das proteções e seguranças que devem ser executadas pela política, conforme elencado anteriormente, que são: segurança de sobrevivência, de acolhida e de convívio ou vivência familiar ou comunitária. A autora discute como o cuidado na PNAS/2004, conforme apresentado neste trabalho no ponto 4.1, aparece principalmente no âmbito da proteção social especial, que dentro da PNAS/2004 é um espaço direcionado às(aos) usuárias(os) que passam por situações de violência e violação de direitos. Ou seja, novamente, reforça a inclusão do cuidado dentro da política apenas após o esgotamento da família no que diz respeito a garantir a atenção às necessidades básicas e o afasta a PNAS de sua concepção de universalidade. A autora também aponta que, na proteção social básica, a autonomia das pessoas idosas e com deficiência, quando elas ou seus familiares não garantir meios para provê-la, atrela-se majoritariamente à renda e a resposta a isso aparece, principalmente, com o BPC.

Se partirmos da concepção de cuidado demarcada por Passos (2016a; 2016b; 2017; 2020), ou seja, o cuidado como necessidade ontológica dos sujeitos para realização de suas necessidades básicas, que são demarcadas socialmente e inseridas no movimento da sociedade de classes e do modo de produção, é possível apontar que em sua concepção, a PNAS/2004, com base no estabelecido na LOAS em 1993, se estabelece enquanto política associando a promoção de mínimos sociais para garantir as necessidades básicas, com concepções generalizadas dessas necessidades e, nesse sentido, vincula aquilo que é mínimo ao que é essencial:

Tal vinculação tem conduzido à crescente tendência de se identificar semanticamente mínimo com básico e de equipará-los no plano político decisório, o que constitui uma temeridade. [...] Mínimo e básico são, na verdade, conceitos distintos, pois enquanto o primeiro tem a conotação de menor, de menos, em sua acepção mais ínfima, identificada com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social, o segundo não. O básico expressa algo fundamental, principal, primordial, que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que a ela se acrescenta. Por conseguinte, ao nosso ver, o básico que na LOAS qualifica as necessidades a ser satisfeitas (necessidades básicas) constitui o pré-requisito ou as condições prévias suficientes para o exercício da cidadania em acepção mais larga (PEREIRA, 2007, p. 26 apud CARRARO, 2016, p. 46)

Embora seja primordial destacar os grupos que demandam de forma mais explícita a questão dos cuidados, como os destacamos no ponto 4.2 deste capítulo, quando se trata do contexto de superexploração presente no capitalismo dependente, é necessário enfatizar que as dificuldades e, muitas vezes, impossibilidades, para manutenção de condições básicas de vida são parte estrutural da organização do capitalismo no Brasil. A necessidade de cuidados de grupos específicos, da forma que se apresenta hoje, e a sobrecarga que isso gera nas famílias explicita um quadro extremamente precário de condições de vida sob o capitalismo dependente. Nesse sentido, a reivindicação realizada por Carraro (2016), e neste trabalho corroborada, é que a Política de Assistência Social deve estar comprometida não apenas como os mínimos sociais garantidos após o esgotamento das tentativas de proteção no âmbito privado familiar ou de mercado, comumente traduzidos nessa política aos programas de transferência de renda, mas com a garantia do acesso à serviços que priorizem a satisfação das necessidades básicas da população, pensando nessas necessidades de forma coletiva e ampliada das atuais.

A assistência social deve ser identificada com a atenção às necessidades sociais, vinculada a um padrão de satisfação das necessidades básicas em contraposição à provisão de mínimos sociais e da possibilidade de buscar (individualmente) no mercado a satisfação de suas necessidades, no maior estilo em que “no mercado tudo se encontra”. A assistência social deve assumir “o papel de denunciadora da falácia das virtudes do mercado e da racionalidade da acumulação como processos maximizadores da prosperidade socioeconômica e da liberdade individual” (PEREIRA, 1996, p. 38). (CARRARO, 2016, p. 45)

A autora enfatiza que

Não cabe à política social romper a lógica da superexploração do trabalho, visto que estando vinculada à esfera da produção capitalista dependente só pode sofrer uma ruptura quando também for rompida a própria lógica da produção dependente que a engendra. Em que a política social pode contribuir,

especialmente a política socioassistencial (que alcança a todas as camadas e frações das classes subalternas e marginalizadas), é proporcionar o acesso às necessidades básicas e contribuir para a organização geral da classe trabalhadora e para seus processos de luta. (CARRARO, 2016, p. 199)

Destacamos, então, que a PNAS precisa superar o protagonismo dos programas de transferência de renda nas economias dependentes como forma de garantir mínimos sociais, pois, embora sejam importantes para amenizar os índices de pobreza e extrema pobreza e sejam justas na perspectiva de apropriação do excedente produzido, perpetuam a aposta nas famílias, e particularmente nas mulheres, como principais responsáveis para combater as desigualdades sociais. O enfoque orçamentário dirigido a esses programas enfatiza as prioridades estatais em manter as situações de vulnerabilidade e violações de direitos como problemas a serem resolvidos no espaço privado, em detrimento de investimentos em estruturas públicas que tenham como objetivo a garantia de proteção social considerando as necessidades básicas dos sujeitos, especialmente das e dos que estão nos grupos caracterizados como dependentes, olhando também para aquelas que realizam os trabalhos de cuidado.

(...) a política de assistência social possui uma particularidade que a encerra diante da atenção das necessidades básicas da população. Por isso, requer contemplar mais do que demandas relacionadas ao direito à renda, apesar de este estar incluso. O atendimento às necessidades básicas, ultrapassando a atenção aos mínimos sociais, é demanda estrutural e histórica de uma parcela significativa da população: aqueles submetidos às privações do acesso aos direitos básicos, como saúde, educação, moradia e perspectiva de vida (CARRARO, 2016, p. 21).

Abordar o cuidado como necessidade básica dos sujeitos dentro da PNAS/2004, portanto, é importante para ampliar as reivindicações que englobam essa política, como forma de fortalecimento de um sistema de proteção social universal e não contributivo, bem como para pensar os seus limites dentro da reprodução do capitalismo dependente, que seguindo os ditames internacionais, prioriza a focalização na extrema pobreza em detrimento de outros mecanismos que promovam a qualidade de vida das famílias brasileiras a partir da expansão dos serviços do Estado. Se queremos uma política que seja pensada e executada a partir da materialidade da realidade das mulheres no contexto de superexploração, e apontar isso reverbera nas estruturas do capitalismo dependente que atingem a todas e todos, pensar os cuidados e sua relação com a responsabilização das famílias como únicas responsáveis por eles e pela proteção de suas e seus integrantes é urgente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho está longe de esgotar todas as possibilidades de discussões frente aos temas pautados, bem como as formas que se relacionam entre si. A proposta inicial, de conhecer as discussões que atravessam as dinâmicas do cuidado e sua interlocução com a PNAS/2004 no contexto do capitalismo dependente e a responsabilização das famílias e, principalmente, das mulheres ao que diz respeito à garantia de proteção social, surgiu com a intencionalidade de entender as contradições próprias a essas interlocuções e apontar algumas reflexões acerca desses temas, considerando a sua materialidade no cotidiano das famílias brasileiras, bem como sua parte na totalidade de reprodução do capital.

Discutimos, ao longo deste trabalho, alguns pontos que consideramos fundamentais para a abordar a PNAS/2004 e a questão do cuidado sob o capitalismo dependente, na tentativa de explicitar a importância dessas atividades, bem como a necessidade de jogar luz a ela nos debates públicos de reivindicação pela ampliação dos direitos da classe trabalhadora brasileira. Considerando as políticas sociais como campos contraditórios dentro do capitalismo de forma geral e as suas particularidades no capitalismo dependente no que diz respeito à garantia de direitos sociais e a proteção social, apontamos, conforme discutido ao longo deste trabalho, que apesar de suas limitações, as políticas também são campos de disputa localizados dentro da luta de classes. Portanto, apontar as possibilidades dentro delas, no caso desta pesquisa referentes aos cuidados como direito e a insistência na responsabilização das famílias usuárias da PNAS/2004, bem como debruçar-nos sobre suas concepções e limites, permite a construção de caminhos que visem a ampliação de direitos no caminho de consolidação dessa política.

Nesse sentido, não é possível reivindicar apenas a ampliação de serviços socioassistenciais que abarque as demandas que envolvem as necessidades sociais básica e que ofereçam estruturas relacionadas ao cuidado, apesar desses também serem elementos importantes na agenda de lutas dos debates que permeiam essa questão, mas repensar as estruturas das políticas sociais dentro do contexto do capitalismo dependente e de superexploração da força de trabalho, de forma que evitem o reforço das raízes patriarcais desse modo de produção e de responsabilização das famílias, especialmente das mulheres. Demarcar que o capitalismo e o patriarcado de mãos dadas colocam as mulheres em posições de subalternização, expropriam seu tempo, superexploram sua força de trabalho e fazem esses movimentos com base na essencialização das atribuições ditas femininas, como o cuidado, é apenas um dos possíveis apontamentos dentro da dinâmica do capitalismo dependente, mas que

consideramos essencial para pensar caminhos na busca pela emancipação da classe trabalhadora.

Sintetizamos, assim, em alguns pontos, as discussões apresentadas no texto, apontando:

- O patriarcado enquanto peça estrutural para a consolidação e manutenção do capitalismo;
- A divisão sexual do trabalho que é ocultada como parte essencial para sustentar o capitalismo, subalternizado e inviabilizando as mulheres e as atividades realizadas por elas principalmente no âmbito da reprodução social;
- A superexploração das(os) trabalhadoras(es) nas economias subordinadas à organização internacional do capital, que as e os joga em condições de vida nas quais garantir sua própria reprodução e garantir suas necessidades básicas se torna uma tarefa árdua;
- A subordinação do Estado dependente brasileiro que, ao aderir às agendas internacionais de combate à pobreza e extrema pobreza, principalmente a partir dos programas de transferência de renda, permanece na lógica de atuação sobre a redistribuição ínfima de renda como forma de atenuar as consequências da superexploração da força de trabalho;
- A construção de um sistema de proteção social assentado também nas agendas internacionais supracitadas e que, pela lógica visceral do neoliberalismo, atendem as demandas do mercado em detrimentos das demandas da população;
- A estruturação da Política de Assistência Social de 2004 baseada nos dois pontos anteriores e que, além disso, invoca a família e principalmente das mulheres como centrais para a consolidação da proteção social, relegando-a ao campo privado da vida social para sua efetivação;
- A necessidade de discutirmos o cuidado como, por um lado, necessidade básica dos seres sociais e, por outro lado, como uma das faces da responsabilização das mulheres pelas famílias, assentado na estruturação capitalista patriarcal e na divisão sexual do trabalho;
- A importância de olhar para os grupos demarcados como dependentes na discussão do cuidado, assim como às que realizam o *care* mas também a ampliação da noção de cuidado quanto relacionada ao que diz respeito à satisfação de necessidades básicas e, conseqüentemente, a necessidade de

superar a concepção de família como principal ente cuidador e pensar nela como ente a ser cuidado;

- A necessidade de discutir o cuidado enquanto direito, principalmente dentro do contexto de superexploração no qual as necessidades básicas dos sujeitos são dificilmente alcançadas, reivindicando uma política de assistência que vá além da parca garantia de mínimos sociais.

Após as reflexões indicadas ao longo dessa pesquisa, destaco alguns pontos que podem ser desenvolvidos em próximos trabalhos, alinhados com as categorias abordadas neste TCC, com vistas à compreensão do trabalho do cuidado dentro do capitalismo dependente, de forma a abarcar mais aspectos dessa atividade, bem como suas relações com a elaboração e execução de políticas sociais que ampliem a garantia ao cuidado e diminuam o peso da responsabilização das famílias e das mulheres sobre o *care*, ampliando as perspectivas de compreensão sobre o cuidado:

- Aprofundar a perspectiva étnico-racial, timidamente abordada neste trabalho, no que diz respeito aos cuidados e aos impactos que a responsabilidade por eles tem em famílias compostas por pessoas negras, compreendendo que o racismo é estrutural e estruturante do capitalismo dependente e que isso tem interferência direta na vida desses sujeitos. É necessário considerar, por exemplo, a violência de Estado que acomete pessoas negras de forma diferente de pessoas brancas e que tem consequências diretas nas relações que são estabelecidas entre Estado e esses grupos. Ao longo deste trabalho, destacamos a responsabilização das mulheres pelos cuidados e pela manutenção da reprodução das e dos integrantes de suas famílias, contudo, sabe-se que as famílias negras, por exemplo, são as mais atingidas pela violência policial que destrói essas famílias, portanto, ao mesmo tempo que temos uma naturalização dos papéis femininos enquanto mães e cuidadoras e a exigência de que cumpram essas funções, das mulheres negras esse papel é, muitas vezes, retirado à força pelo Estado, o que explicita ainda o caráter contraditório das imposições patriarcais e racistas sobre elas.
- Considerar o envelhecimento populacional e, conseqüentemente, o aumento do número de idosas e idosos nas famílias, o que exige a ampliação de políticas

públicas direcionadas a esse público, principalmente no cenário de desmonte da previdência social e na agudização dos quadros de desemprego e subemprego.

- Considerar as intersecções que atravessam as necessidades de cuidados: cuidar de uma mulher, jovem, com algum tipo de deficiência física é o mesmo que cuidar de um homem, idoso, acamado? Como se atravessam as questões de saúde mental se o cuidado era inicialmente necessário devido à questões de saúde física? E a saúde mental de quem cuida?
- Pensar o cuidado a partir do contexto da pandemia da Covid-19, considerando as alterações que esse momento histórico causou nas dinâmicas familiares que perpassam desde o isolamento social e a convivência familiar em moldes diferentes dos quais estávamos habituadas, bem como agudizou certos quadros de violências intrafamiliares. Ainda, pensar as reverberações da questão da dependência e cuidados dentro de um cenário, visto a vulnerabilidade que todas e todos ficamos frente a essa doença.
- Procurar como as políticas sociais relacionadas aos cuidados têm sido desenvolvidas em outros países da América Latina, como, por exemplo, o Uruguai, que tem colocado essa discussão em sua agenda de debates desde 2005 e construído, desde 2015, um Sistema Nacional de Integrado de Cuidados com diversos programas e estruturas públicas que visam a socialização dos custos das atividades do cuidado, bem como a desresponsabilização das famílias e mulheres sobre essas demandas (STELMAKE; MIOTO, 2020). Olhar para essas experiências, considerando as diferenças que existem em cada país, podem auxiliar nas reivindicações que realizamos no âmbito da política social brasileira.
- Pensar as consequências da centralidade na família dentro da PNAS/2004 no contexto de acirramento do conservadorismo burguês, no qual a defesa da família tradicional burguesa é realizada de forma explícita a partir de discursos de ódio contra as orientações sexuais e identidades de gênero LGBTQIAP+. Ainda, pensar sobre o cuidado como responsabilidade feminina no âmbito doméstico frente aos cada vez mais frequentes questionamentos feitos sobre as identidades de gênero e a reivindicação de gêneros fluídos e não-binários. Como as responsabilidades historicamente atribuídas ao sexo feminino aparecem na

contemporaneidade com essas identidades, se aparecem? Como estão as dinâmicas de cuidado dentro de famílias homoafetivas?

- Como pensar, dentro das políticas públicas, o trabalho das mulheres que exercem as atividades do cuidado no ambiente doméstico?
- A construção de reflexões a partir de outros documentos normativos da assistência social, como os Planos Decenais, que também abordam o cuidado e dão diretrizes aos serviços direcionados a essa temática.
- Abordar os serviços específicos classificados na Tipificação de Serviços Socioassistenciais relacionados à esfera do cuidado dentro da proteção social de média e alta complexidade.

Há, portanto, muitos caminhos ainda a serem seguidos e muitos temas que atravessam o cuidado a partir da perspectiva do direito, as mulheres e as políticas sociais no capitalismo dependente que devem ser desbravados com vistas à garantia e ampliação da proteção social no Brasil.

6. REFERÊNCIAS

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. 147p, 2012.

AMARAL, Marisa Silva. Capitalismo dependente, “questão social” e superexploração da força de trabalho. IN: Estado, Direito e Capitalismo Dependente. **II Seminário Nacional e I Internacional Economia, Política e Dependência** - Homenagem aos 80 anos de Vânia Bambirra, 2020. 1 vídeo (2h36m). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=c2920wbhrlA&t=4547s&ab_channel=Estado%2CDireito%26CapitalismoDependente. Acesso em 30 de nov. de 2022

AMARAL, Marisa Silva. CARCANHOLO, Marcelo Dias. **A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes**. Revista Katálysis. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 216-225 jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/CH5TcQ4khv7ySjFvV6xWmWy/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 30 de nov de 2022

BRASIL. PNAD CONTÍNUA OUTRAS FORMAS DE TRABALHO 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_apresentacao.pdf . Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Os Efeitos do Programa Bolsa Família Sobre a Pobreza e a Desigualdade**: Um Balanço dos Primeiros Quinze Anos. 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2499.pdf . Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005. Disponível em http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/07/PNAS_2004.pdf. Acesso: em 30 de nov. de 2022

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

CAMPOS, Naara de Lima. FERRAZ, Jeane. **Assistência Social, Crise e Contrarreformas: Inflexões entre o novo e o velho.** Brasília: Temporalis, ano 20, n. 39, p. 11-26, jan./jun. 2020.

CARRARO, Dilceane. **As Categorias da Política de Assistência Social na América Latina: concepções ídeo-teóricas e proteção social.** Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Serviço Social, Porto Alegre, 236f, 2016.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2015.

CORTÊS, Thaís Lopes. **A Potenciação da Expropriação no Ultraneoliberalismo Brasileiro.** Rio de Janeiro: Mundo Livre: Revista Multidisciplinar, v. 7, n. 21, 2021.

COSTA, Renata Gomes da. **Apropriação das mulheres no Brasil: uma análise feminista e antirracista das consequências materiais do capitalismo dependente.** Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro, 290 f, 2019.

DAL PRÁ, Keli Regina; MIOTO, Regina Célia Tamaso. WIESE, Michelly Laurita. O Cuidado como Direito Social: uma questão contemporânea para o Serviço Social. IN: Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. ES: Vitória, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22044/14554>. Acesso em: 30 de nov de 2022.

DANTAS, Maressa Fauzia Pessoa; CISNE, Mirla. **Trabalhadora não é feminino de trabalhador: superexploração sobre o trabalho das mulheres.** Argum, Vitória, v. 9, n. 1, p. 75-88, jan-abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/13722>. Acesso em: 30 de nov. de 2022.

DORNELES, Alexia. Os desafios da Proteção Social no Contexto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS): Rebatimentos na Garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes. IN: Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. ES: Vitória, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22467/14965>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FERNANDES, Rosa M.C; HELLMAN, Aline (org). **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva.** São Paulo: Elefante, 2017. Tradução do Coletivo Sycorax.

FEDERICI, Silvia. **El Patriarcado del Salario: críticas feministas al marxismo.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018. Disponível em: <https://www.tintalimon.com.ar/public/6u3i8er7ws89tb3b9via6ulahhx8/EI%20patriarcado%20del%20salario.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

GAMA, Andréa de Sousa. Trabalho e Responsabilidades familiares no Brasil: reflexões sobre o direito do trabalho. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 30, v. 10, p. 149-168, 2012.

Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/5110/0>. Acesso em: 30 nov. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008, 6 ed.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) Contínua. 2020.

GONZÁLEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. 1979. IN: RIOS, Flávia. LIMA, Marcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

FERNANDES, Rosa M.C; HELLMAN, Aline (org). **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. IN: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (Org). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KILDUFF, Fernanda; SILVA, Mossicléia Mendes. **Tensões da política social brasileira: entre o aparato assistencial e a criminalização da questão social no Brasil**. R. Katál., Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 619-630, set./dez. 2019

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência, 1973. In: STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p.137-180.

MARQUES, Luciana. **A Matricialidade Sociofamiliar do SUAS: diálogo entre possibilidades e limites**. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Londrina: UEL, 2014. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT2_Luciana%20Marques.pdf. Acesso em: 30 nov. 2022.

MARX, Karl. O processo de trabalho e o processo de valorização. IN: MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAURIEL, Ana Paula Ornella. **Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira**. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 173-180 jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802010000200004/15098>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado Entre a Filantropia e a Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Família e Políticas Sociais**. IN: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia

Tamaso (orgs.). *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. 2 ed. São Paulo: Cortez, p. 130-148, 2009.

MOTA, Ana Elizabete. Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina. **Configurações** [Online], 10 | 2012, posto online no dia 17 fevereiro 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/configuracoes/1324>. Acesso em: 25 de set. de 2021.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social e Seguridade Social: uma agenda política recorrente e desafiante. **Revista Em Pauta**, n. 20, p. 127-139, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/164>. Acesso em: 30 de nov. de 2022

MULER, Eliane Fransieli; MOSER, Liliane. Envelhecimento, sobrecarga familiar com cuidados e os conflitos entre trabalho e família no Brasil. In: TEIXEIRA, Solange Maria; CARLOTO, Cássia Maria (Org). **Família, Cuidados e Políticas Sociais**. Campinas: Papel Social, 2020.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. In: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Temporalis**. Ano. 2, n. 3 jan-jul 2001. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001. 88p.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma Análise do Serviço Social no Brasil Pós-64**. São Paulo: Cortez, 2005.

PAIVA, Ariane Rego de. Assistência Social e o cuidado aos segmentos dependentes: arquitetura institucional e questões da implementação. In: PASSOS, Rachel Gouveia. **Assistência Social, Trabalho e Care Social: implicações e desafios**. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020.

PAIVA, Beatriz. Política Social no Capitalismo Dependente: superexploração da força de trabalho e ofensiva conservadora. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**. Vitória-ES, v. 1, n. 1, 2017. 5º Encontro Internacional de Política Social/12º Encontro Nacional de Política Social. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/16590>. Acesso em: 30 nov. 2022.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. **Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência**. SER Social, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan-jun. 2010.

PASSOS, Rachel Gouveia. Entre o assistir e o cuidar: tendências teóricas no Serviço Social. 2016b <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/32725>. Acesso em: 30 nov. 2022.

PASSOS, Rachel Gouveia. **Trabalho, cuidado e sociabilidade: contribuições marxianas para o debate contemporâneo**. Serv. Soc. Soc. São Paulo, n. 126, p. 281-301, maio-ago. 2016 Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/QLCTvGtcmzhx74rfNQgRLGS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 dez. 2022.

PASSOS, Rachel Gouveia. Nossos passos, percursos e teorizações sobre trabalho, cuidado e care: uma breve apresentação. IN: PASSOS, Rachel Gouveia. **Assistência Social, Trabalho e Care Social: implicações e desafios**. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020.

PASSOS, Rachel Gouveia. **Trabalhadoras do care na saúde mental: contribuições marxianas para a profissionalização do cuidado feminino**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2016a. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/19193/2/Rachel%20Gouveia%20Passos.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2022.

PASSOS, Rachel Gouveia; PEREZ, Adriana Medalha; PAIVA, Ariana Rego; CAMPOS, Daniel de Souza. **MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR: tensões e contradições na assistência social brasileira**. Revista de Políticas Públicas, vol. 22, pp. 1665-1682, 2018. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/3211/321158844085/html/#redalyc_321158844085_ref19. Acesso em: 30 nov. 2022.

RIBAS, Ana Carla Werneck; ROCHA, Mirella. Serviço social e a teoria marxista da dependência: um olhar crítico sobre a incorporação da categoria superexploração no debate profissional. **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, de 30 de outubro a 3 de novembro de 2019, em Brasília (DF). Brasília (DF): ABEPSS; CFESS; ENESSO; CRESS-DF, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/975>. Acesso em: 01 dez. 2022.

RIBEIRO, Isabela Ramos. **Política social entre a hegemonia e a dependência**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 142, p. 386-405, set.-dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/B6vYrQthwhwgkktSM7GZ6Zw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 de nov. de 2022

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na Sociedade de Classes. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado e Violência. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015

SOUZA, Cristiane Sabino de. **Racismo e Luta de Classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente**. São Paulo: Hucitec, 2020.

SOUZA, Cristiane Sabino de. **Terra, Trabalho e Racismo: Veias Abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 265 p., 2018.

STELMAKE, Lenara Lamas; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Notas sobre o debate do cuidado e a resposta uruguaia à crise dos cuidados. IN: TEIXEIRA, Solange Maria;

CARLOTO, Cássia Maria (Org). **Família, Cuidado e Políticas Sociais**. Campinas: Papel Social, 2020.

TEIXEIRA, Solange Maria. Política social contemporânea: a família como referência para as Políticas Sociais e para o trabalho social. IN: MIOTO, Regina Célia Tamaso; CAMPOS, Marta Silva Campos; CARLOTO, Cássia Maria (orgs.). **Familismo, Direitos e Cidadania: Contradições da Política Social**. São Paulo: Cortez, p. 211-239, 2015.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Família na Política de Assistência Social**: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. Rev. Pol. Públ. São Luís, v. 13, n. 2, p. 255-264, jul.-dez, 2009. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/4769/2787>. Acesso em: 30 nov. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Manual de apresentação de trabalhos acadêmicos**. Foz do Iguaçu: BIUNILA, 2014. Disponível em: <https://unila.edu.br/sites/default/files/files/Manual%20de%20Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Trabalhos%20Acad%C3%AAmicos.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

VIECELI, Cristina Pereira. Mulheres chefes de família e a vulnerabilidade à pobreza. 2020. Disponível em: <https://contee.org.br/mulheres-chefes-de-familia-e-a-vulnerabilidade-a-pobreza/>. Acesso em: 30 de nov. de 2022

VITORINO, Aline Rodrigues. A Política Social Brasileira Contemporânea à Luz da Teoria Marxista da Dependência. 109 p., 2016.